



CEJES UAN
CENTRO DE ESTUDOS DE CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS
E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO ANGOLA



2020

EFEITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DO CONFINAMENTO SOCIAL



CENTRO DE ESTUDOS DE CIÊNCIAS
JURÍDICO-ECONÓMICAS E SOCIAIS DA
UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO
CEJES-UAN

AGOSTO - 2020



CEJES UAN
CENTRO DE ESTUDOS DE CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS
E SOCIAIS DA UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO ANGOLA

UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO
CENTRO DE ESTUDOS DE CIÊNCIAS JURÍDICO-ECONÓMICAS E SOCIAIS

EFEITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DO CONFINAMENTO SOCIAL
UMA LEITURA PRELIMINAR: ANGOLA 2020

Luanda 2020

FICHA TÉCNICA

Título

EFEITOS ECONÓMICOS E SOCIAIS DO CONFINAMENTO SOCIAL: UMA
LEITURA PRELIMINAR: ANGOLA 2020

Autor

©Centro de Estudos de Ciências Jurídico-Económicas e Sociais – CEJES-UAN

Coordenação Científica

Carlos M. Lopes

José O. Serra Van Dúnem

Concepção e desenho:

Carlos M. Lopes;

Josué Chilundulo

Equipa de Pesquisadores:

Além Panzo;

Carlos M.Lopes;

José O. Serra Van Dúnem;

Josué Chilundulo

Moderação das Webinars no Facebook:

Josué Chilundulo

Apoio administrativo:

Adilson Felgueira

Revisão e paginação:

Tiragem: 1.000 Exemplares

Gráfica:

RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório tem como finalidade apresentar o Projecto Efeitos Económicos e Sociais do Confinamento Social em Angola, promovido pelo Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Sociais (CEJES) da Universidade Agostinho Neto (UAN) de Angola. Nesse âmbito será dada nota, dos seus objectivos, da abordagem metodológica accionada e respectivos procedimentos associados, bem como dos resultados apurados. O relatório inclui também o indispensável enquadramento teórico-conceptual sobre o objecto de análise da pesquisa.

O objectivo do estudo foi captar alguns dos efeitos económicos e sociais, em diversas dimensões da vida social, como consequência do confinamento social imposto pela declaração do Estado de Emergência no país.

Como decorrência do confinamento social, a abordagem metodológica foi desenhada fazendo recurso ao uso de instrumentos, ferramentas e suportes digitais como forma de aceder à informação pretendida.

Foi realizado um inquérito por questionário, on-line, que registou 1211 respostas válidas, no período entre 20 de Abril e 4 de Maio de 2020, quando se iniciou a segunda fase do Estado de Emergência em Angola. O inquérito foi associado a um formulário Google e foi disseminado através de E-mail, Whatsapp e Facebook. O inquérito não tem representatividade em termos de grupos populacionais, permitindo apenas relacionar variáveis e identificar pistas para análise.

Para além de apurar em que medida os inquiridos estariam ou não a acatar as restrições de mobilidade e as medidas de prevenção e higiene recomendadas pelas autoridades administrativas e sanitárias, o inquérito procurou perceber também os efeitos, e eventuais mudanças, que o confinamento produziu sobre os inquiridos em cinco diferentes dimensões: práticas de consumo; modos de ocupação do tempo; relações familiares e sociais; uso dos serviços públicos; e perfil de procura e acesso à informação. Terão todas as pessoas lidado com esta nova realidade de igual modo, ou será que variáveis como o sexo, a idade, a escolaridade, a área de residência, ocupação profissional, entre outras, determinaram diferentes respostas? Os resultados revelam que o contexto tem um papel importante, que os efeitos económicos e sociais são assimétricos e

que não há uniformidade de opiniões mesmo entre segmentos de inquiridos homogéneos.

Complementarmente foram realizadas, entre 26/4 e 15/5 de 2020, 12 Webinars¹, difundida via Facebook, onde foi colectada a perspectiva de 12 informantes especializados (docentes universitários, economistas, juristas, sociólogos e outros informantes considerados relevantes). As Webinars permitiram ainda recolher a opinião dos internautas que acompanharam a sua difusão.

O estudo contempla ainda um novo inquérito a administra após o final do Estado de Emergência, decorridos alguns dias do início do segundo estado de calamidade, com a finalidade de medir continuidades e diferenças relativamente às opiniões e atitudes anteriores, bem como de esboçar as práticas sociais associadas ao regresso de uma “nova normalidade”.

A triangulação dos dados recolhidos e tratados com procedimentos adequados corporiza-se na seguinte síntese dos principais resultados:

QUADRO 1 - Quadro resumo dos Principais Resultados

PRINCIPAIS RESULTADOS
Cumprimento medidas de confinamento e de prevenção de higiene e saúde individual e colectiva
86% declarou ter cumprido rigorosamente as restrições de mobilidade determinadas
91% afirmou realizar sempre a higienização frequente das mãos
74% referiu fazer sempre uso de álcool gel
57% declarou proceder sempre à desinfecção de objectos de uso corrente
47% revelou usar sempre máscaras faciais
89% dos informantes que integram agregados urbanos com menos de 7 membros referiu usar sempre álcool gel enquanto na área periurbana esse percentual se fixou nos 73,5%

¹ Webinar (do inglês: "web-based seminar": "seminário através da web") é uma conferência online ou videoconferência com intuito educacional, no qual a comunicação é de apenas um sentido, ou seja, somente o palestrante se expressa e o/as outro/as assistem (semelhante a vídeo-aulas), onde a interação dos participantes é limitada ao chat, de modo que eles podem conversar entre si ou enviar perguntas ao palestrante.

O uso de máscara facial prevalece na área urbana e entre os inquiridos com idade entre os 25 e os 44 anos de idade
Na área urbana, o uso de máscara facial situa-se em 70,4% nas jovens com idade entre os 18 e 24 anos, em 84,8% nas mulheres com idade entre os 25 e 34 anos, em 90,5% no escalão etário 35-44 anos, em 89,7% no escalão etário 45-54 anos e em 89,3% nas mulheres com 55 anos ou mais.
Principais efeitos gerais do confinamento nos comportamentos dos informantes
91% considerou ter efectuado mudanças nos modos de ocupação do tempo
87% referiu terem existido mudanças no modo de exercício da actividade laboral/profissional
81% admitiu ter alterado as suas práticas de consumo
80% reconheceu a existência de mudanças nas relações familiares e sociais
76% considerou terem existido mudanças nas relações com as instituições
65% declarou terem existido mudanças no perfil da procura e meios de acesso à informação
Efeitos sobre o modo de exercício da actividade laboral/profissional
46,8% dos 726 inquiridos a realizar actividades essenciais (representando 59,95% da amostra total auscultada) declarou estar a realizá-las em regime de teletrabalho, 39,7% em regime presencial e 13,5% em trabalho realizado por turnos
Dos inquiridos do sector privado 50,3% estavam envolvidos em trabalho à distância, 37,4% em trabalho presencial e 12,3% em regime de trabalho por turnos enquanto no sector público apenas 38,6% estava a operar em regime de teletrabalho, 45,5% em trabalho presencial e 15,9% a trabalhar por turnos
As mudanças a nível da actividade laboral/profissionais impostas pelo confinamento social afectaram mais os homens por força da sua maior representação na amostra. No caso das mulheres, os efeitos foram de 53,8% no escalão 18-24 anos, 43,3% no escalão 25-34 anos, 45,8% no escalão 35-44 anos, 44,3% no escalão 45-54 anos e 41,5% nas mulheres com 55 ou mais anos de idade
55,9% das mulheres que responderam ao inquérito se encontravam em situação de trabalho à distância, 48,4% das quais residentes na área urbana enquanto o peso relativo das mulheres em trabalho presencial era apenas de 33%, 27,6% das quais habitando em áreas urbanas

Efeitos sobre as práticas de consumo
93% cumpriu as medidas de prevenção e higiene nos momentos de consumo
93% passou a ter menor frequência de deslocações para efectuar compras
73% declarou afectar o rendimento essencialmente à aquisição de bens essenciais
55% passou a comprar maiores quantidades em cada deslocação
54% declarou ter alterado os locais habituais de abastecimento
50% declarou ter reduzido as despesas de consumo
O peso relativo da mudança de práticas de consumo relativamente ao total de cada área de residência é para os agregados de 1 a 3 pessoas de 40% na área rural, de 30% na área periurbana e de 41,6% na área urbana. Nos agregados com 4 a 6 membros, os resultados apurados foram de 30% na área rural, 43,5% na área periurbana e 47,4% na área urbana
Casados e solteiros foram as duas principais categorias de inquiridos que responderam ter passado a afectar mais recursos à aquisição de bens essenciais. Os solteiros prevalecem face aos casados em todas as dimensões de agregado familiar, excepto nos agregados com 4 a 6 membros onde o valor absoluto dos casados (279 ocorrências) suplanta o dos solteiros (178 respostas)
Efeitos sobre os modos de ocupação do tempo
91% ocupou mais tempo com actividades domésticas
82% dedicou mais tempo à comunicação com familiares e amigos
60% dedicou mais tempo ao apoio a familiares
55% referiu ter havido mais tempo de dedicação a lazer e entretenimento
43% considerou ter havido mais tempo de dedicação à actividade laboral
41% declarou ter dedicado mais tempo à aquisição de bens e serviços
37% revelou ter dedicado mais tempo à actividade estudantil
33% considerou ter gasto mais tempo com a actividade física e desportiva
Os valores percentuais mais elevados dos informantes que responderam ter passado a dedicar mais tempo às actividades domésticas verificaram-se nos agregados mais pequenos (1 a 3 membros) na área rural com 40%, e nos agregados com 4 a 6 membros para os informantes que residem nas áreas periurbanas (43,5%) e nas áreas urbanas (47,4%)

Os informantes com licenciatura residentes nas áreas urbanas, dos escalões etários dos 35 aos 44 anos, dos 25 aos 34 anos e dos 45 aos 54 anos são quem mais reconhece ter havido mais tempo dedicado à comunicação, com respectivamente 74,3%, 68,5 % e 60,5 %
Efeitos sobre as relações familiares e sociais
97% garantiu cumprir regras de distanciamento, higiene e prevenção no seio familiar
92% reconheceu um mais frequente recurso às tecnologias de comunicação
76% admitiu uma maior partilha das tarefas domésticas dentro do agregado familiar
70% referiu um maior investimento no conhecimento das necessidades de familiares e amigos
58% considerou ter despendido mais tempo em actividades lúdicas com familiares
Dos 500 informantes casados que admitiram ter o confinamento induzido mudanças nas relações familiares e sociais, 53,2% são católicos, 32,2% protestantes, 11,2% afirmaram não praticar qualquer religião e os restantes 3,4% integram outras confissões religiosas
Quanto aos solteiros, o segundo estado civil na hierarquia da amostra, 48,2 % dos que reconheceram ter efectuado mudanças nas relações familiares e sociais afirmaram-se católicos, 29,2% protestantes, 17,4% sem religião e os restantes 5,2% praticantes de outras religiões
Dos informantes residentes na área urbana e que afirmaram ter passado a dedicar mais tempo a actividades lúdicas com familiares pontificam os licenciados, os informantes com frequência universitária e os que concluíram o mestrado e que integram agregados familiares com 4 a 6 membros e com 1 a 3 membros. Os licenciados em referência representam 61,6% dos informantes pertencentes a agregados urbanos com menos de 7 membros e 73,7% do total desse nível de escolaridade na amostra
Efeitos sobre o perfil da procura e acesso aos meios de comunicação social
90% declarou ter realizado maior procura de informação específica sobre o Covid-19
88% assumiu ter feito maior uso das redes sociais
85% referiu ter também feito maior uso dos meios de comunicação convencionais (Rádio e TV)
83% reconheceu ter utilizado mais os portais informativos
82% considerou ter efectuado maior procura de informação de carácter geral

<p>Apenas em três situações o comportamento das mulheres e dos homens é equivalente no que respeita ao acesso e perfil da informação procurada durante o confinamento: no escalão etário 18-24 anos para os informantes residentes nas áreas rurais e nas áreas periurbanas e no escalão entre os 35 e 44 anos para os residentes na área urbana, contextos em que a proporção é de 50% para ambos os sexos.</p>
<p>A procura de informação sobre a pandemia, apesar de surgir estreitamente relacionada com a distribuição amostral das variáveis sociodemográficas, é mais expressiva entre os casados de idade entre os 25 e os 54 anos (84% do total de informantes que declararam aquele estado civil) enquanto 89,2% dos solteiros interessados em informação específica sobre o Covid-19 têm idade inferior a 45 anos.</p>
<p>No escalão etário de 55 anos e mais, que abrange um dos segmentos populacionais de risco face à pandemia, os dados revelam que 65,2% do total de informantes desse escalão etário que são casados ou vivem em união de facto correspondem apenas a 13,8% dos informantes desses 2 estados civis na amostra que procuraram informação específica sobre a pandemia</p>
<p>O uso de portais informativos como modo de acesso à informação durante o período de confinamento foi maioritário nos informantes com idade inferior a 45 anos (74,3%) em ambos os sexos, registando-se no entanto diferentes pesos relativos nos diferentes escalões por sexo</p>
<p>Os três níveis de escolaridade mais expressivos na amostra (frequência universitária + licenciatura + mestrado) representam 92,4% dos informantes residentes nas áreas urbanas que declararam ter usado mais as redes sociais, percentual que se situa em 93,7% para os informantes residentes nas áreas periurbanas e em 87% para os informantes residentes nas áreas rurais</p>
<p>Efeitos sobre o uso de serviços públicos</p>
<p>91% fez menor uso dos serviços públicos</p>
<p>77% fez maior recurso às plataformas digitais para aceder aos serviços públicos</p>
<p>Os informantes com idade entre os 18 e os 34 anos quem menor usos deles fez durante o confinamento (70% dos informantes residentes nas áreas rurais) enquanto nas áreas periurbanas se verificou praticamente uma tendência igual entre os menores de 35 anos e os com 35 ou mais anos de idade (49,9% contra 50,1%) e nas áreas urbanas foram os informantes com 35 anos e mais de idade quem menor recurso fez dos serviços públicos (62,8%)</p>
<p>Os informantes com frequência universitária e com licenciatura, foram quem mais usou as plataformas informáticas para aceder aos serviços público, com expressão percentual progressivamente inferior à medida que aumenta a sua idade: 95,1% no escalão 18-24 anos, 88,2% no escalão 25-34 anos, 83,3% no escalão 35-44 anos, 73,9% no escalão 45-54 anos e 64,4% no escalão 55 anos e mais</p>

Efeitos sobre os indivíduos
<p>Incerteza, medo e reajustamento de atitudes, comportamentos, competências e expectativas (laborais e económicas), potenciado pelo reduzido conhecimento do alcance e horizonte temporal da pandemia</p>
<p>Necessidade /oportunidade para outros usos do tempo (leitura, competências domésticas, aperfeiçoamento profissional, entre outras)</p>
<p>Dificuldades de gerir o <i>stress</i> e os efeitos psicológicos do confinamento (rotina, angústia, depressão)</p>
Efeitos sobre as famílias
<p>Associados aos seus mecanismos internos de coesão, com potencial reforço das suas manifestações (e até com uma certa revalorização do seu valor simbólico) mas também com a ameaça de incremento de focos de tensão e conflitos (conjugais e intergeracionais)</p>
<p>Associados ao seu modo de inserção na estrutura social e aos riscos que os imperativos de sobrevivência colocam aos agregados mais vulneráveis e menos</p>
<p>Expectativas de maiores dificuldades em contexto de pobreza generalizada e de <i>deficit</i> pronunciado no acesso aos serviços sociais básicos por uma grande franja da população</p>
Efeitos sobre a sociedade
<p>Exposição das insuficiências e fragilidades do tecido social, nas suas mais diversas manifestações/valências (acesso à saúde, educação, saneamento básico, infra-estruturas sociais, serviços públicos em geral, rendimentos estáveis e condignos, entre outros)</p>
<p>Dificuldades de mobilização dos indivíduos/famílias para os comportamentos/práticas desejáveis para minimizar os efeitos sanitários, económicos e sociais da pandemia num contexto em que vivem submergidos por constrangimentos múltiplos, de que a crise económica e cambial é apenas uma expressão</p>
<p>Imperativo de participação das organizações da sociedade civil, entre as quais as igrejas, e do sector privado no esforço colectivo de resposta às crises “siamesas” (pandemia + crise economia + crise cambial + crise social + crise política)</p>
Efeitos sobre o Estado
<p>Imperativo de avaliar e repensar os modelos de desenho e implementação das políticas públicas</p>

Exigência de práticas governativas, baseadas na transparência, no rigor, na informação, no conhecimento, na delegação do poder e na participação, facilitadoras da regeneração da confiança dos governados nos governantes

Finalmente, registar que a oportunidade, a relevância, a pertinência e actualidade do conhecimento gerado sobre os efeitos económicos e sociais do confinamento social em Angola constituirá matéria-prima que pode servir de base a estudos futuros, mais reflexivos, e um modesto subsídio adicional para a produção académica nacional e internacional sobre a pandemia do Covid-19.

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	4
ÍNDICE	12
ÍNDICE DE QUADROS	13
ÍNDICE DE GRÁFICOS	14
INTRODUÇÃO	15
1. COVID-19 : ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEPTUAIS.....	17
1.1. Estudos comparados sobre os efeitos da Covid-19	25
2. METODOLOGIA.....	32
3. ANÁLISE DE RESULTADOS	34
3.1. Na base dos Inquérito <i>on-line</i>	34
3.2. Análise dos resultados dos Webinars (Facebook)	64
CONCLUSÕES	75
BIBLIOGRAFIA	79
ANEXOS	81
A1 – QUESTIONÁRIO DO INQUÉRITO	81
A2 – GRELHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS CONVIDADOS DAS WEBINARS.....	91
A3 – GRELHA TEMÁTICA DOS RESULTADOS DAS WEBINARS	94
A4 – GRELHA TEMÁTICA DOS RESULTADOS DOS COMENTÁRIOS DOS INTERNAUTAS ÀS WEBINARS	104
A5 – ESTATÍSTICAS DE VISUALIZAÇÃO/PARTICIPAÇÃO NAS WEBINARS.....	124
AUTORES.....	125

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - Quadro resumo dos Principais Resultados	5
QUADRO 2 - Cumprimento das restrições mobilidade e medidas de prevenção e higiene.....	38
QUADRO 3 - Principais efeitos do confinamento social	39
QUADRO 4 - Mudanças constatadas nas práticas de consumo	40
QUADRO 5 - Mudanças nos modos de ocupação do tempo	40
QUADRO 6 - Mudanças nas relações familiares e sociais.....	41
QUADRO 7 - Mudanças no perfil da procura e meios de acesso à informação	41
QUADRO 8 - Mudanças no uso dos serviços públicos.....	42
QUADRO 9 - Cumprimento restrições mobilidade por escolaridade e idade.....	42
QUADRO 10 - Uso de álcool gel por dimensão de agregado e área de residência...43	
QUADRO 11 - Uso de máscara facial por idade, sexo e área de residência	44
QUADRO 12 Mudanças na actividade por sexo e idade	45
QUADRO 13 - Mudanças na actividade por escolaridade e sexo	45
QUADRO 14 - Modo de exercício da actividade por sexo e área de residência	46
QUADRO 15 - Exercício da actividade por condição, natureza e modo de exercício	47
QUADRO 16 - Mudanças nas práticas de consumo por escolaridade, escalão etário e sexo	48
QUADRO 17 - Mudanças nas práticas de consumo por área de residência e dimensão do agregado familiar.....	49
QUADRO 18 - Afectação de recursos a bens essenciais por estado civil e dimensão do agregado familiar.....	50
QUADRO 19 - Mudanças nos modos de ocupação do tempo por escolaridade, sexo e idade	51
QUADRO 20 - Tempo dedicado às actividades domésticas por área de residência, dimensão do agregado familiar e sexo	52
QUADRO 21 - Tempo dedicado à comunicação por escolaridade, área de residência e idade	53
QUADRO 22 - Tempo dedicado ao apoio à família por área de residência e dimensão do agregado familiar.....	54
QUADRO 23 - Tempo dedicado às práticas físicas e desportivas por área de residência, idade e sexo.....	55
QUADRO 24 - Mudanças nas relações familiares e sociais por escolaridade, sexo e idade	56

QUADRO 25 - Mudanças nas relações familiares e sociais por estado civil e religião	57
QUADRO 26 - Maior recurso às tecnologias de comunicação por área de residência, idade e sexo	57
QUADRO 27 - Tempo dedicado a actividades lúdicas com familiares por escolaridade, área de residência e dimensão do agregado familiar	58
QUADRO 28 - Mudanças no acesso e no tipo de informação por idade, sexo e área de residência	59
QUADRO 29 - Mudanças no modo de acesso à informação no desempenho das actividades essenciais por sexo e idade	60
QUADRO 30 - Procura de informação sobre a pandemia por idade e estado civil	61
QUADRO 31 - Uso de portais informativos por idade e sexo	62
QUADRO 32 - Uso das redes sociais por escolaridade e área de residência	62
QUADRO 33 - Menor uso dos serviços públicos por idade e área de residência	63
QUADRO 34 - Uso dos suportes digitais disponibilizados por escolaridade e idade	64

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Distribuição por Sexo	34
GRÁFICO 2 - Distribuição por Idade dos Inquiridos	34
GRÁFICO 3 - Distribuição por nível de escolaridade	35
GRÁFICO 4 - Distribuição por Estado Civil dos Inquiridos	35
GRÁFICO 5 – Distribuição por Dimensão do Agregado Familiar	36
GRÁFICO 6 - Distribuição por Religião dos Inquiridos	36
GRÁFICO 7 - Distribuição por região geográfica de residência	37
GRÁFICO 8 - Distribuição por área de residência	37
GRÁFICO 9 – Distribuição por tipo de actividade económica dos inquiridos	38

INTRODUÇÃO

O desencadeamento e evolução da pandemia do Covid 19 desenvolveu-se abruptamente numa crise sanitária, económica, financeira e social globalizada.

Segundo o secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a pandemia do Covid-19 é o terceiro choque económico, financeiro e social do século XXI, depois dos atentados do 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos, e da crise financeira global de 2008. Como consequências dos efeitos do Covid-19, enumerou a suspensão da produção nos países afectados, com repercussões nas cadeias mundiais de abastecimento, e uma forte quebra no consumo.

Pressionadas pelos efeitos da redução da procura global e do confinamento social, as economias mundiais estão já a sofrer o impacto da crise da pandemia, sendo expectáveis a contracção do PIB, o aumento do *deficit* público, o aumento do desemprego, a desvalorização cambial e o aumento da taxa de inflação.

Se os efeitos económicos se afiguram severos, não menos importantes serão os impactos sociais reflectidos, entre outras dimensões, no aumento dos níveis de desemprego e de precariedade do trabalho, no crescimento da pobreza e da vulnerabilidade social.

No relatório “Monitor OIT: Covid-19 e o mundo do trabalho, 4^a. Edição”, a agência das NU sublinha que a crise de desemprego causada pela pandemia do novo coronavírus está a afectar os jovens, especialmente mulheres. Mais de um em cada seis trabalhadores nesta faixa etária perdeu o emprego por causa das consequências económicas do Covid-19. E os que permanecem empregados tiveram uma redução de até 23% na carga horária. A OIT afirma que a pandemia está a impor um choque triplo aos jovens. Não apenas destruindo sua subsistência, mas também suas chances de educação e treinamento. A juventude ainda enfrenta grandes obstáculos para entrar no mercado de trabalho e para se movimentar para outros postos.

Mas as consequências da pandemia começam também a manifestar-se em alterações nas práticas institucionais, na concretização das relações laborais, nos processos educativos, nos comportamentos de consumo, nos modos e

instrumentos de comunicação e informação e nas relações humanas em geral.

O Projecto Efeitos Económicos e Sociais do Confinamento Social em Angola foi lançado por um conjunto de investigadores do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Sociais (CEJES) da Universidade Agostinho Neto (UAN) de Angola durante o segundo período de 15 dias de confinamento social decretado pelo Executivo angolano.

O objectivo foi efectuar uma primeira leitura sobre os efeitos económicos e sociais do confinamento social decorrente do Estado de Emergência que em Angola, como na maioria dos países do mundo, foi instituído para conter a propagação da pandemia.

Se do ponto de vista da economia o que se pretendeu foi fixar as principais consequências macro e microeconómicas do confinamento social, a curto e médio prazo, na dimensão social, para além de uma visão prospectiva sobre os seus potenciais efeitos em variáveis como o emprego/desemprego e a pobreza, o foco foi colocado na recolha de informação relacionada com as mudanças registadas, quer nas práticas institucionais quer nos comportamentos individuais dos cidadãos.

1. COVID-19 : ASPECTOS TEÓRICOS-CONCEPTUAIS

A pandemia do Covid-19, apesar ter surgido oficialmente no dia 31 de Dezembro de 2019 na cidade chinesa de Wuhan, já resultou numa produção científica significativa sobre o assunto, fruto de uma colaboração global, sem precedentes, de pesquisadores de vários países e nas mais diversas áreas do saber. Face a rápida propagação da doença, e após 114 países terem sido atingidos pela doença, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou-a, no dia 11 de Março, uma pandemia. Nessa data, a principal recomendação da organização era que os países realizassem testes em massa e definissem medidas de isolamento para evitar o crescimento da transmissão.

É difícil falar sobre um vírus e uma doença cujo conhecimento ainda é incipiente, o que gera muitas incertezas e dúvidas. Uma dessas incertezas é a origem do vírus. Grmek (apud Grisotti, 2020) apresentou quatro situações nas quais as doenças poderiam ser classificadas: (i) ela existia antes de ser reconhecida pela ciência; (ii) ela já existia mas aumentou o seu grau de letalidade em função de mudanças qualitativas e quantitativas em seu ambiente; (iii) ela foi introduzida numa região onde não havia anteriormente; (iiii) ela emerge a partir de um reservatório não humano para humano, como é o caso das inúmeras doenças zoonóticas.

Nesta perspectiva, ainda segundo Grmek, a única possibilidade de uma doença ser classificada como nova pode ocorrer da possibilidade de acidentes por manipulação de organismos patogénicos em laboratórios, bioterrorismo ou manipulações genéticas. Mesmo nestes casos, ele reconhece a existência de uma certa continuidade com o passado, tendo em conta que nenhum organismo poderia originar-se do nada. (apud Grisotti 2020)

Neste âmbito, das várias situações que se cogita sobre a Covid – 19, ela pode ser enquadrada com a segunda e quarta situação. Aliás, o próprio conceito de coronavírus já encerra esta perspectiva: “o coronavírus pode ser entendido como um vírus zoonótico, um RNA vírus da ordem Nidovirales, da família Coronóidea (...) Esta é uma família de vírus que causam infecções respiratórias...” (Lima 2020: 1).

Na vanguarda do combate a essa pandemia, destacam-se especialistas das áreas de Biomedicina, Saúde Pública, Epidemiologia e Infectologia. Para além dessas especialidades médicas e biomédicas, o novo coronavírus apresenta várias dimensões analíticas passíveis de estudos por outras ciências sociais e humanas.

A humanidade está a registar mudanças abruptas, com impacto social, cultural e económico, desde o advento do novo coronavírus. Santos (2020) caracteriza este momento particular que o mundo vive como uma normalidade da excepção. Esta nova ordem social reclama explicações e medidas que transcendem as ciências médicas.

Uma das medidas oficiais das entidades governamentais, para além das medidas de biossegurança, para fazer face à doença, é o confinamento social. Muito se tem discutido acerca dos efeitos perversos dessa medida de prevenção. Para Grisotti (2020:2), “o peso das desigualdades sociais e a existência de muitos grupos vulneráveis são factores evidentes que levam, ou devem levar à adopção de medidas de contingência para o controlo de epidemias”. Segundo o autor, no entanto, o confinamento social não responde a muitas interrogações, como por exemplo: como está proposto o distanciamento social? Qual será a saída para grupos economicamente vulneráveis? Como viabilizar a higiene em locais carentes de infra-estruturas básicas de saneamento básico?

Santos (2020), como outros autores, não se propõe responder a estas questões, mas apresenta alguns grupos mais vulneráveis que devem ser levados em consideração no momento do confinamento, distanciamento social e quarentena, como sejam: as mulheres; os trabalhadores precários, informais, ditos autónomos; os trabalhadores da rua; os sem-abrigo ou população de rua; os moradores nas periferias pobres das cidades, favelas, barricadas, slums, caniço, etc.; os internados em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente; os deficientes e os idosos.

Em virtude do cenário actual, impõe-se falar sobre o papel das ciências sociais e humanas. Qual é o papel das ciências sociais e humanas no combate à Covid-19? Que relação há entre as ciências sociais e humanas e as ciências médicas (epidemiologia)?

Convém lembrar que a humanidade já foi assolada por outras epidemias e as ciências sociais e humanas já contam com alguma experiência acumulada sobre o assunto. Por exemplo, em 2003 a África central registou febres hemorrágicas e em Março de 2014 foi declarada a Ébola na África ocidental. Contrariando a prática comum, a OMS incluiu equipas multidisciplinares, destacando-se sociólogos e antropólogos nas suas equipas de emergência com vista a humanizar as intervenções adaptando-as às realidade socioculturais locais.

As concretizações e limitações da actuação dos antropólogos e das ciências sociais e humanas, no seu todo, podem e devem ser levados em consideração no combate à Covid-19. Ao contrário do que muitos acreditam, as ciências sociais e humanas, tal como se verificou com o Ébola, podem desempenhar um papel de vital importância no controlo de epidemias.

Havendo ainda um grande défice de informação em relação ao Covid -19 e, portanto, sendo necessário continuar a sensibilizar, mobilizar e informar para a mudança de comportamento e multiplicação da informação por parte das comunidades é fundamental colocar questões que podem influenciar mudanças na vida dos cidadãos.

No caso de Angola, em presença do Covid-19 vale questionar o cidadão, entre outras, sobre as seguintes questões: o que se pode dizer sobre ela? Quais são os efeitos sociais e económicos decorrentes do confinamento social? Quais as mudanças comportamentais dos cidadãos face ao confinamento social, e durante a quarentena, decretada pelo Estado durante o Estado de Emergência?

No que respeita aos efeitos macroeconómicos, como sublinha o CEIC (2020) a forte retracção na procura de produtos derivados do petróleo, como os combustíveis essenciais para o transporte de cargas, passageiros ou como fonte de geração de energia, com limitações de realização, de voos, de circulação marítima, de circulação de pessoas e de bens, atingirá em Africa os maiores produtores de crude, Angola e Nigéria, que podem perder até US\$ 65 mil milhões em receitas só devido ao impacto da COVID-19. A reflexão efectuada pelo CEIC (2020) sugere que a dimensão do impacto da crise (recorde-se que em Angola os hidrocarbonetos representam 96% das exportações, cerca de 33% do PIB e 60% da receita governamental) dependerá da recuperação económica dos principais consumidores de crude no mercado internacional, principalmente da

China no caso de Angola. Lopes (2020) identifica sectores como o petrolífero, a indústria transformadora, os transportes e logística, o comércio a retalho, a hotelaria e restauração, que são mais vulneráveis aos efeitos da redução da procura global e do confinamento social, estão já a sofrer o impacto da crise da pandemia, sendo expectáveis a contracção do PIB, o aumento do *deficit* público, o aumento do desemprego, a desvalorização cambial e o aumento da taxa de inflação.

O relatório do CEIC (2020) enfatiza as enormes dificuldades de manutenção dos postos de trabalho, particularmente em sectores como o da hotelaria, restauração, comércio no geral construção e educação onde se poderão verificar despedimentos em massa com forte implicação na diminuição do consumo e do crescimento. E alerta para a probabilidade das pequenas e médias empresas que não falirem terem grandes dificuldades de cumprir os seus compromissos fiscais, o que colocará o tesouro nacional em dificuldades prementes uma vez que já se encontra endividado e com pressões de tesouraria extremas, com diminuta capacidade de apoiar as empresas e as famílias. O relatório do CEIC (2020) identifica dois sectores específicos – a agricultura familiar e o comércio de bens alimentares – que com a redução das importações poderão beneficiar de uma procura adicional e contribuir para garantir a segurança alimentar e impedir a agudização da pobreza extrema, principalmente nos centros urbanos.

Por um lado, Angola tem ao seu favor, diferente dos países europeus, o facto de contar com uma população extremamente jovem. Segundo os dados do censo 2014, a população com 0-14 anos representa 47% da população e a idade média da população é de cerca de 21 anos.

Por outro lado, Angola tem ao seu desfavor a pobreza, a desigualdade social e uma economia informal muito extensa.

Está comprovado que um saneamento básico deficiente aumenta a probabilidade de contágio pela Covid-19. Por exemplo, o lixo é depositado ao ar livre por 59% dos agregados familiares urbanos e 87% dos residentes nas áreas rurais. Já a água, crucial na higienização e prevenção, apenas chega 44 % dos agregados familiares em condições apropriadas para consumo.

A taxa de incidência da pobreza monetária é de 40,6%, a profundidade da

pobreza situa-se em 10,1% e a severidade da pobreza em 4,4% e o Índice de Pobreza Multidimensional situou-se, em 2019, em 51,1%.

Pelo que, como sublinha o relatório do CEIC (2020), grande parte dos agregados familiares angolanos terá que se confrontar com o aumento dos custos dos bens básicos, “devido à disrupção que se vive na cadeia de fornecimentos, devido à redução do rendimento familiar, aos potenciais despedimentos e cortes salariais, bem como, por causa do menor consumo da sua produção de bens e serviços, sobretudo no mercado informal”. As medidas de mitigação da propagação da pandemia, num contexto económico e social em que uma parte muito significativa da população tem acesso a rendimentos e a consumo no mercado informal colocam dificuldades acrescidas pelo que, no curto e médio prazo, é expectável um aumento dos níveis de pobreza.

Em função da amplitude das disparidades sociais que se verificam no país, os efeitos do desemprego gerado pelo confinamento social irão afectar de forma mais severa os estratos mais pobres e mais vulneráveis da população, sendo bastante provável um aumento das actividades informais como estratégia de sobrevivência. Como também é expectável um aumento das taxas de trabalho infantil, impulsionadas pelo encerramento dos estabelecimentos educativos e pelas dificuldades crescentes de acesso a rendimentos dos agregados familiares mais vulneráveis.

Para além de repercussões negativas sobre o emprego e a pobreza, a crise pandémica irá reflectir-se também sobre os sistemas de saúde e de educação, resultando daí, uma vez mais, a penalização dos extractos sociais mais desprovidos e vulneráveis.

O sistema de saúde angolano é débil e fragmentado, não garantindo os níveis de acesso e de cobertura indispensáveis para fazer face a uma situação de pandemia. À escassez de mão-de-obra qualificada, que forçou o Executivo a recorrer à cooperação cubana, acresce a dependência da importação de insumos e de equipamentos, com reflexos a nível dos custos dos actos médicos. A maioria da população, com rendimentos baixos, apenas tem acesso ao serviço público de saúde e a serviços e médicos especializados concentrados nos principais centros urbanos e, nomeadamente, em Luanda. A população dos municípios rurais e mais longínquos enfrenta maiores dificuldades no acesso aos

serviços gerais e cuidados especiais de saúde. Segmentos minoritários da população têm o acesso garantido por seguros de saúde às infra-estruturas mais apetrechadas do sector privado.

Uma das medidas do confinamento social, à semelhança do que aconteceu na maioria dos países, foi o encerramento dos estabelecimentos de ensino. Para além dos efeitos a nível de aprendizagem, esta medida compromete a segurança alimentar de muitas famílias, uma vez que é a possibilidade de as crianças permanecerem na escola que permite aos pais participar no mercado laboral. E em diversos casos, as escolas asseguram programas de alimentação escolar, importantes para a subsistência das famílias de rendimentos reduzidos.

No que respeita à aprendizagem, a maioria das instituições educativas não possui a infra-estrutura digital adequada para garantir eficácia ao ensino à distância, nem a maioria dos docentes detém formação adequada em TIC, a que se adiciona o facto de um grande número de estudantes não terem acesso à internet nem aos dispositivos que lhes permitam participar dessa modalidade de ensino. Essas disparidades verificam-se entre populações urbanas de rendimentos diferenciados, entre população urbanas e rurais, entre sexos, entre alunos com e sem deficiências.

Num outro plano da análise, interessam-nos as dimensões relacionadas com as práticas institucionais e com os comportamentos dos actores. Desde logo no quadro da relação de trabalho.

Como sublinham Potter e Edwards (1999), um dos mais significativos desafios para a organização e para o trabalhador é o enfrentamento sistemático das discontinuidades e rupturas que obrigam: a organização, a rever continuamente as suas formas de organizar o trabalho; e o trabalhador, a uma tentativa contínua para transpor a cognição para a acção, para se ajustar física, psicológica, intelectual e socialmente, de modo a permanecer inserido no mundo do trabalho.

Nas últimas décadas, as ciências sociais e psicológicas passaram a envidar maiores esforços no sentido de compreender os fenómenos interactivos indivíduo-organização. Dejourn (2002) constatou que o espaço da actividade organizacional é povoado por processos cognitivos, assim como é afectado pela relação entre o indivíduo, a organização e o ambiente contextual.

As estruturas associadas às actividades organizacionais condicionam os níveis de relacionamento social que as organizações mantêm com os ambientes externos. Quando essas estruturas reduzem as possibilidades de relacionamento com o ambiente social, pode-se contextualizá-las como instituições totais, conforme a terminologia de Goffman (1987). Estas podem ser definidas como locais de residência e trabalho, onde um grande número de indivíduos leva uma vida fechada e formalmente administrada, separados dos outros ambientes sociais por um determinado período. Segundo esse autor, as limitações relativas às entradas e saídas do ambiente, geralmente, são indicadas pela estruturação do espaço físico. De acordo com a categorização das instituições totais feitas por Goffman (1987), há tipos que se caracterizam pela adequação à realização das actividades, geralmente peculiares (por exemplo, o caso dos trabalhadores nas plataformas petrolíferas offshore). Em outras palavras, há certos tipos de actividades que estruturalmente exigem um ambiente de confinamento que acarreta o afastamento físico do ambiente social maior.

Os indivíduos convivem, de maneira simultânea, em contextos e ambientes diversos. O trabalho organizado em ambiente de confinamento promove o rompimento entre as diversas esferas da vida e, durante um determinado período, as suas procuras principais ocorrem num único lugar, passando a organização a ser a principal supridora de suas necessidades. Tal facto pode levá-los a tentarem ajustamentos e adequações ao ambiente, que têm, entre suas principais consequências, a influência sobre seus comportamentos sociais.

A experiência numa organização total pode gerar uma espécie de tensão entre o mundo doméstico – ou o mundo social fora da organização – e o mundo institucional, representando o exercício de poder organizacional, por meio da utilização da tensão persistente como força estratégica no controle dos trabalhadores. O que permite a Salles (2009), sugerir que o stress gerado por determinados ambientes de trabalho tem influência tanto na vida organizacional quanto na vida social: na vida organizacional, em relação aos resultados e produtividade; na vida social, nos relacionamentos afectivos e nos comportamentos sociais.

O trabalho no ambiente confinado é compreendido pelos sujeitos como fonte de

superação de desafios diários, tanto no que se refere à própria actividade quanto à rotina de isolamento pela qual eles passam, sistematicamente. O enfrentamento dos desafios requer uma condição psicológica específica, que ultrapassa as condições técnicas dos trabalhadores.

A obrigatoriedade da interacção interpessoal num espaço físico delimitado durante um período foi um factor apontado por trabalhadores em situação de confinamento como um desafio importante a ser enfrentado. Os conflitos porventura surgidos no contexto do trabalho precisam, necessariamente, de ser resolvidos no curto prazo, sob pena de colocarem em causa a sua segurança e a produtividade da empresa. Acresce que a convivência forçada impõe a resolução rápida dos problemas de ordem comportamental, pois o afastamento físico entre as pessoas é praticamente impossível.

Aos desafios internos impostos a esses trabalhadores, são acrescentados desafios externos, especialmente aqueles relacionados com as influências que as suas famílias sofrem com o regime e a natureza do trabalho executado.

As diferentes dinâmicas de tempo, vivenciadas pelo trabalhador e pela sua família, estabelecem modelos de relacionamento familiar e de exercício da responsabilidade em relação às tarefas no lar, cujos papéis são, na maioria das vezes, ambíguos. Nos períodos de folga do trabalhador, o tempo de sua família é regido por horários que não são compartilhados com ele. Além disso, quem fica no lar precisa também se ocupar do papel de quem está fora. Quando há o retorno, a troca de papéis não é facilmente estabelecida, gerando conflitos que, em muitas situações, determinam a dissolução da união.

Relativamente à percepção do tempo de trabalho pelos trabalhadores confinados, há relatos sobre a ansiedade experimentada durante o período de confinamento e, exemplos de que a falta de rotinas organizacionais altera a percepção dos indivíduos sobre o trabalho.

A questão da segurança está relacionada com o ambiente altamente perigoso no qual esses trabalhadores exercem suas actividades, vivem e estabelecem vínculos interpessoais durante várias semanas. O risco é o terceiro elemento relevante, além do tempo e do espaço, do contexto onde o trabalho se desenvolve. O risco, apesar de perturbador, é elemento agregador, integrador,

pois apela à união em prol de sua minimização. (Jaspars e Fraser, 1984).

1.1. Estudos comparados sobre os efeitos da Covid-19

Os elementos de compreensão das variáveis e das dimensões associadas ao trabalho em situação de confinamento, e com níveis de risco associado, podem ser adaptados às mudanças que o Covid-19 induziu no funcionamento das instituições e nas relações de trabalho, familiares e nas relações sociais em geral.

Um interessante estudo realizado entre 17 e 20 de Abril pela DECO PROTESTE em Portugal, através de um inquérito on-line, coligiu 1008 respostas com base numa amostra representativa da população adulta e revela as implicações que a pandemia suscitou no estilo de vida dos portugueses, das quais destacamos:

a) Efeitos nas relações de trabalho

- A diminuição de rendimentos das famílias, associada à perda de emprego e à falta ou redução do trabalho, que afecta quase 60% da população activa; uma em cada 10 famílias viu, pelo menos, um dos elementos perder o trabalho; 4% dos agregados tinham, à época da auscultação, os dois membros do casal sem actividade profissional;
- Dos que continuavam a trabalhar, três em cada 10 faziam-no sempre a partir de casa e cerca de um quinto laborava parcialmente nestas condições – por exemplo, algumas empresas tinham equipas rotativas em teletrabalho;
- A maioria dos teletrabalhadores afirmou que a nova forma de trabalhar não alterou, ou até melhorou, os níveis de actividade, bem como o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal; no entanto, uma percentagem ainda considerável referiu que a concentração (38%) e eficiência (37%) diminuíram, situação agravada com a presença de crianças e jovens em casa.

b) Efeitos nas relações familiares

- Seis em cada 10 inquiridos que coabitam com outras pessoas confirmam ter passado por algumas situações de fricção, sobretudo,

devido à partilha de tarefas domésticas ou por estarem no mesmo espaço durante todo o dia; as diferenças de opinião sobre as medidas de prevenção da covid-19 a adoptar e o acompanhamento escolar, nos agregados com crianças, foi também foco de conflito, segundo 28% dos inquiridos; apesar das naturais tensões, 45% dos portugueses que coabitam com outros revelaram que as restrições à mobilidade tiveram um impacto positivo no relacionamento familiar, sobretudo, em agregados que incluem casais com filhos menores.

c) Efeitos na saúde psicológica e física dos indivíduos

- Seis em cada 10 inquiridos, com destaque para as mulheres, assinalaram que as restrições à mobilidade prejudicam o seu bem-estar psicológico; o medo de contrair covid-19 que impediu um quarto dos inquiridos que tiveram um problema grave de saúde de se deslocarem ao hospital, arriscando-se a que a situação evoluísse sem retorno; a falta de actividade física e a ingestão de maior quantidade de comida foi referida por 39% dos portugueses (sobretudo no escalão entre os 30 e os 60 anos), incluindo snacks doces e salgados, que contribuem para o aumento do peso.

d) Efeitos nas práticas de consumo

- Seis em cada 10 inquiridos afirmaram ir menos vezes ao supermercado pessoalmente, sendo que uma boa parte também frequentou menos os mercados tradicionais (49%) e o comércio local (44 por cento); 35% adquiriu hábito de planear as refeições para um período alargado, antes de ir às compras, seja ao estabelecimento físico ou à loja *on-line*; um quinto dos inquiridos passou a presta mais atenção aos preços dos produtos, e um terço afirmou aproveitar sobras de refeições anteriores.

e) Cumprimento das regras de confinamento

- Apenas 6% dos inquiridos afirmaram não ter saído de casa uma única vez na última semana; a grande maioria saiu para comprar alimentos, medicamentos ou outros produtos, sendo que quatro em cada 10 o fez mais do que uma vez por semana; quase metade foi passear ou correr nas redondezas da habitação, conforme previsto nas medidas do estado

de emergência, mas 10% saiu da sua área de residência; os prevaricadores foram, sobretudo, os mais jovens, entre os 18 e os 30 anos, que foram também os que mais contrariaram a regra de evitar os contactos sociais (cerca de 25% confessou ter saído para se encontrar com familiares ou amigos enquanto apenas 12% da população geral teve o mesmo comportamento).

Um outro estudo elaborado por uma equipa do COLABOR (Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Protecção Social), realizou uma primeira análise aos impactos verificados e estimados da COVID-19 no mercado de trabalho português, assim como à forma como a sociedade está a experimentar a crise causada pelo coronavírus, do ponto de vista dos rendimentos e da transição para o teletrabalho.

Na segunda parte desse relatório, foram analisados os resultados das respostas às questões sobre rendimento e trabalho de um inquérito on-line sobre a Pandemia COVID-19 e os seus impactos em diversas esferas da vida das pessoas que vivem em Portugal, desenvolvido por uma equipa do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

O inquérito foi realizado entre 25 e 29 de Março de 2020, junto de uma amostra de conveniência de cerca de 11.500 inquiridos, não representativa da população residente em Portugal, razão pela qual os dados não possibilitam que se façam inferências descritivas para qualquer população. No entanto, permitem que se estabeleçam relações entre determinados atributos dos inquiridos e as suas opiniões e comportamentos, bem como a análise do seu discurso directo, em relação a algumas perguntas de resposta aberta incluídas no inquérito. Em relação ao tema do teletrabalho, nesta amostra, são precisamente os inquiridos mais qualificados e com melhores rendimentos que mais facilmente conseguiram trabalhar em casa logo após ter sido decretado o estado de emergência. Os dados indicam uma assimetria considerável entre homens e mulheres na transição para o teletrabalho. Entre as mulheres, a proporção daquelas que estão em regime de teletrabalho é superior em 7 pontos percentuais ao conjunto da amostra. Já entre os homens, a proporção análoga é inferior em 5 pontos percentuais.

Para além das desigualdades relacionadas com as qualificações e com o sector de actividade, há outras assimetrias que estão presentes mesmo entre aqueles que podem beneficiar deste regime laboral. Designadamente tendo em conta que se está a viver um período excepcional, em que o confinamento obriga a que o espaço doméstico seja partilhado por vários membros dos agregados familiares. Neste quadro, quer as condições da habitação, quer a compatibilização entre (tele) trabalho e vida familiar revelam-se particularmente desafiantes. O novo contexto acaba por reproduzir velhas assimetrias de género quanto à distribuição do trabalho doméstico e de cuidado às crianças. Entre os homens e as mulheres em agregados sem crianças, a proporção que considera ter as condições necessárias ao teletrabalho em termos de equipamentos e de espaço, assim como de gestão do tempo, é superior face à registada para o conjunto da amostra. Contudo, a diferença no caso das mulheres em agregados com crianças é bem superior.

A diversidade de leituras das experiências reflecte-se também numa forte preocupação com os resultados do trabalho à distância, designadamente no seu impacto na produtividade, mas também há sinais inequívocos de que a experiência é vivenciada como algo de positivo. Do ponto de vista da situação financeira, um número muito significativo dos inquiridos (cerca de 40%) reconhece já ter perdido ou perspectiva uma perda de rendimentos em breve. Mais relevante, contudo, é a natureza assimétrica do impacto material de uma crise que começou por ser de saúde pública. Nem todos os grupos foram afectados do mesmo modo.

Na verdade, a perda de rendimentos varia se considerarmos a idade, a estrutura do agregado familiar, a escolaridade e, em particular, a situação económica anterior ao deflagrar da pandemia. São os mais jovens e os adultos ainda numa fase inicial da sua vida activa os segmentos que se apresentam mais vulneráveis materialmente. De igual modo, são os inquiridos com mais de 55 anos e, em particular, com mais de 65 que, comparativamente, estão em situação de menor fragilidade económica. Quer as pessoas isoladas, quer os agregados de duas pessoas declararam-se relativamente imunes ao primeiro impacto material da COVID-19.

No entanto, consoante aumenta o número de indivíduos que compõe o agregado

também crescem as dificuldades económicas. O mesmo é verdade quando consideramos o número de filhos a cargo. Ter menores dependentes é um factor adicional de vulnerabilidade – são, aliás, os agregados com três ou mais filhos aqueles que mais viram a sua situação económica alterada. No entanto, nenhum outro factor influenciou tanto as susceptibilidades económicas na fase inicial da pandemia como a situação económica anterior. São aqueles que já se encontravam numa situação materialmente mais difícil que revelam estar agora numa situação mais frágil. Ou seja, embora estejamos ainda numa fase muito embrionária, a crise pode estar a reforçar o padrão de desigualdades que é uma marca estrutural da sociedade.

A pandemia da COVID-19 não só está a revelar as vincadas assimetrias que constituem a sociedade portuguesa como está a agravá-las significativa e abruptamente. Os mais afectados são os que já se encontravam desempregados e que neste momento não antecipam condições para regressarem ao mercado de trabalho. E os que entraram em layoff e que temem que esta solução seja uma antecâmara para o desemprego.

A pandemia de Covid-19 está igualmente a provocar mudanças nos hábitos de consumo e a fazer emergir e acelerar novos hábitos um pouco por todo o mundo. O aparecimento de uma nova vaga de compradores digitais, o aumento da consciência sobre o custo dos produtos ou dos serviços e o reforço da importância da produção local são três das novas tendências identificadas pelo Barómetro Global da Kantar, realizado em mais de 50 mercados países, incluindo Portugal através da colaboração da Direcção de Kantar Insights, do Grupo Marktest, representante em Portugal da Kantar Insights Division.

Segundo dados da IRI-BCG, num estudo efectuado em 8 países (Estados Unidos da América, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Espanha, Nova Zelândia e Holanda) publicado em 15 de Maio, a situação gerada pela expansão da Covid-19 levou a alterações no consumo, não só nos produtos, mas também no modo como as marcas comunicam com os consumidores.

Alguns dos hábitos de consumo que estão a emergir rapidamente são o aumento nas vendas de produtos de alimentação e limpeza por receio de falta de stock; o canal on-line e os supermercados de proximidade e conveniência como os canais preferidos dos consumidores, devido às restrições de mobilidade; a maior

procura do *delivery*; o crescimento dos pagamentos com cartão ou *contactless* para evitar qualquer tipo de contacto; um maior consumo de refeições feitas em casa e um aumento generalizado do consumo devido à presença simultânea no lar de todos os membros da família durante um maior período de tempo.

O estudo IRI-BCG (Covid-19 impact: consumer spending tracker for measured channels) indica ainda que se está a reverter a tendência para com o orgânico e o natural, já que os produtos de limpeza mais fortes são percecionados como mais eficazes. Os produtos de cosmética e perfumaria passaram para segundo plano, uma vez que o consumidor está em teletrabalho e reduziu os momentos de socialização.

Paralelamente, aumentou o consumo de média e o volume do conteúdo social disparou. Os consumidores utilizam a TV e as redes sociais para estar entretidos e informados e para se manterem ligados nestes tempos de isolamento.

O Covid-19 trouxe uma nova realidade de vida quotidiana para a maior parte das pessoas. A mudança de rotinas, o confinamento dentro de casa e a adaptação ao teletrabalho - em muitos casos com os filhos também em casa - foram alguns dos desafios a enfrentar. E que efeitos é que esta situação poderá ter ao nível da saúde mental?

Um estudo publicado na revista "The Lancet", no dia 26 de fevereiro de 2020, apresentou uma revisão de literatura sobre o impacto psicológico da quarentena, concluindo que "a maior parte dos estudos revistos reportaram efeitos psicológicos negativos, incluindo stress pós-traumático, confusão e raiva" nestas situações de confinamento.

O primeiro inquérito sobre o Covid-19 da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) da Universidade Nova de Lisboa revelou que as mudanças do dia-a-dia, das rotinas que se quebraram e a crise (e risco de desemprego) foram os factores mais determinantes para o aumento do grau de ansiedade. Mais do que a doença, propriamente dita, ou o medo dela, a incerteza sobre o tratamento, a inexistência de uma vacina, a separação da família e dos amigos, a alteração total da realidade, o teletrabalho e a gestão com a família, muitas vezes com os filhos também em casa.

Os que estão a trabalhar em casa, ou em *lay-off*, foram os mais atingidos - o que

também é consequência lógica tanto do acumular de tarefas, no primeiro caso, como da crise que já se sente forte, no segundo. Dos participantes que reportaram sentir-se ansiosos "todos os dias", 35% são trabalhadores que estavam em teletrabalho, 23% suspenderam a sua actividade profissional - apenas 9% estavam a trabalhar no local de trabalho. Os investigadores que fizeram o estudo demonstraram alguma preocupação com o futuro pós-Covid-19 e as consequências deste confinamento, uma vez que grande parte dos participantes revelou ter aumentado os comportamentos prejudiciais à sua saúde: 16% admitiram comer mais doces, gorduras ou comidas mais calóricas e 8% reconheceram estar a fumar mais ou a beber mais álcool.

Inúmeros estudos têm surgido por todo o mundo, permitindo perceber as reais implicações do fenómeno nos comportamentos das instituições e das pessoas.

Em Angola, a Marketest fez uma sondagem entre os dias 19 e 21 de Maio, com base numa amostra (estratificada por município com quotas de sexo, idade e estrato socio económico) de 324 elementos do universo constituído pela população residente na província de Luanda com 15 ou mais anos (4 848 341 indivíduos, segundo o INE – Projecção da população Nacional e da Província de Luanda 2020).

A sondagem baseou-se num questionário semi-estruturado com 5 questões, através de CATI (Computer Assisted Telephonic Interview) e os resultados do estudo foram ponderados e extrapolados para o universo em estudo.

Os resultados revelaram como os luandenses têm alterado os seus hábitos diários:

- 97% dizem ter diminuído a ida à igreja/culto;
- 82% diminuíram as viagens de carro;
- 80% indicou estar mais tempo em casa;
- 88% indicou limpar mais a casa;
- 85% referiu lavar mais as mãos;
- 65% declarou descalçar os sapatos antes de entrar em casa;
- 74% dos inquiridos passou a ver mais Tv/notícias, 53% a falar mais ao

telemóvel e 49% a ler mais.

2. METODOLOGIA

O Projecto Efeitos Económicos e Sociais do Confinamento Social em Angola

O projecto foi lançado por um conjunto de investigadores do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Sociais (CEJES) da Universidade Agostinho Neto (UAN) de Angola durante o segundo período de 15 dias de confinamento social decretado pelo Executivo angolano. O objectivo foi efectuar uma primeira leitura sobre os efeitos económicos e sociais do confinamento social decorrente do Estado de Emergência que em Angola, como na maioria dos países do mundo, foi instituído para conter a propagação da pandemia.

A estrutura do projecto contemplou um inquérito rápido *on-line* aplicado durante o período de confinamento, um conjunto de *webinars* com 12 informantes especializados (psicólogos, sociólogos, economistas, juristas, actores relevantes da sociedade civil) difundidas através da rede social FACEBOOK e integra ainda um novo inquérito on-line a aplicar 1 mês após o final do período de confinamento obrigatório.

Com o inquérito on-line, para além do levantamento dos dados sociodemográficos dos inquiridos, pretendeu-se obter informação sobre: cumprimento das restrições e medidas preventivas e de higiene; mudanças nas práticas de consumo; mudanças no modo de ocupação do tempo; mudanças nas relações sociais e familiares; mudanças nas relações com as Instituições; e, mudanças no perfil da procura e meios de acesso à informação.

O inquérito foi associado a um formulário Google e foi disseminado através de Email, Whatsapp e Facebook. O inquérito não tem representatividade em termos de grupos populacionais, permitindo apenas relacionar variáveis e identificar pistas para análise. O prazo de respostas decorreu entre o dia 20 de Abril e o dia 4 de Maio de 2020, tendo possibilitado a relação de 1211 respostas. A estratégia subjacente ao lançamento do inquérito assumiu a hipótese de que o confinamento social poderia contribuir para uma maior mobilização, com reflexos na taxa de respostas.

Este inquérito será replicado ao mesmo universo, um mês após o final do Estado de Emergência, com o objectivo de medir continuidades e diferenças relativamente às opiniões e atitudes anteriores, bem como de esboçar as práticas sociais associadas ao regresso de uma “nova normalidade”.

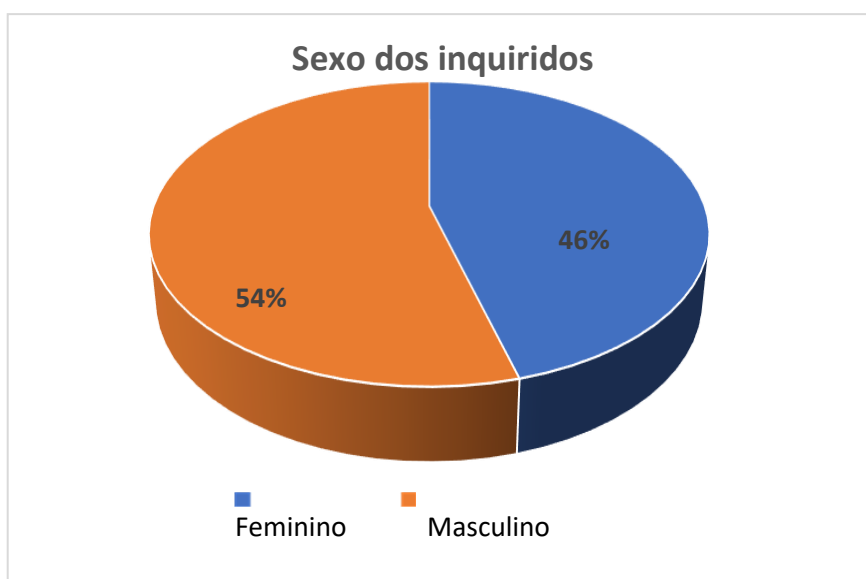
As Webinars tiveram lugar entre o dia 1 e de 2020 e permitiram a auscultação, através de entrevistas semi-estruturadas, de 12 informantes especializados, de diferentes áreas disciplinares e com diferentes tipos e níveis de participação na sociedade angolana.

3. ANÁLISE DE RESULTADOS

3.1. Na base dos Inquérito *on-line*

Esta secção apresentar os resultados globais da pesquisa por via da aplicação dos inquéritos *on-line*, utilizando as diferentes plataformas de redes sociais a exemplo do FACEBOOK e do WHATSAPP. A amostra integrou **1211 inquiridos**, dos quais 46% mulheres e 54% homens como segue o gráfico 01.

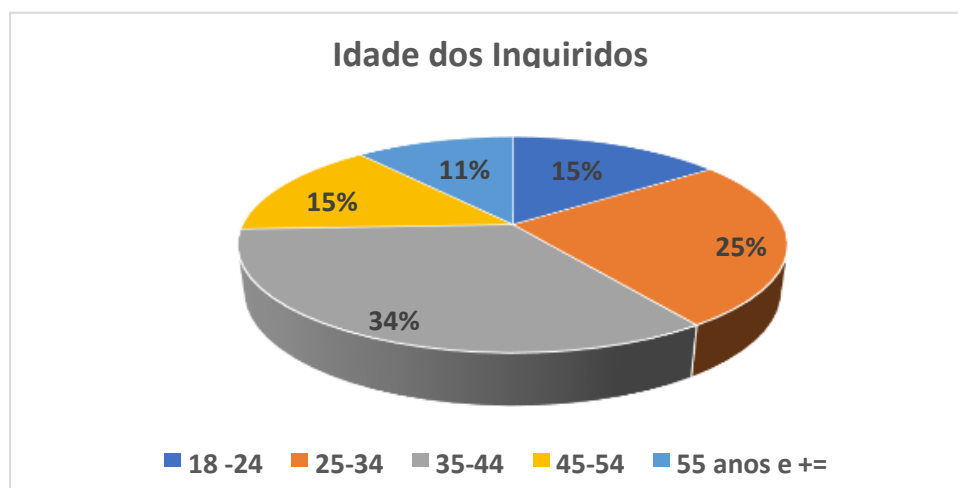
GRÁFICO 1 - Distribuição por Sexo



Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

O escalão de inquiridos com 55 ou mais anos foi o menos representado na amostra (11%), que foi maioritariamente constituída por inquiridos com idade entre os 25 e 44 anos de idade (59%).

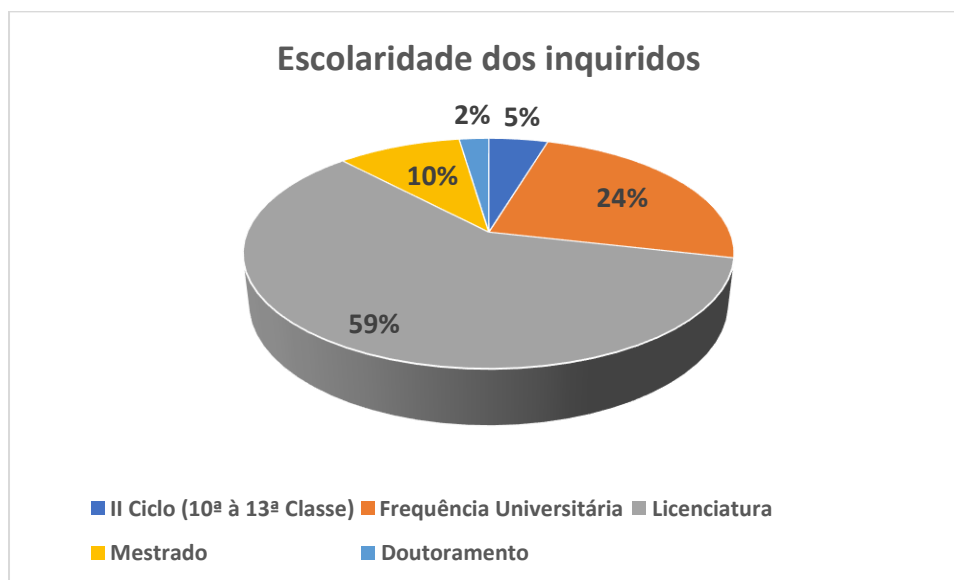
GRÁFICO 2 - Distribuição por Idade dos Inquiridos



Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

O escalão de idade maioritário compreendeu os inquiridos com idades entre os 35 e 44 anos de idade (34%). Uma maioria significativa dos inquiridos (71%) declarou ter formação académica superior (licenciatura, 59%) ou pós-graduada (mestrado ou doutoramento, 12%) enquanto 24% afirmaram frequentar o ensino superior.

GRÁFICO 3 - Distribuição por nível de escolaridade

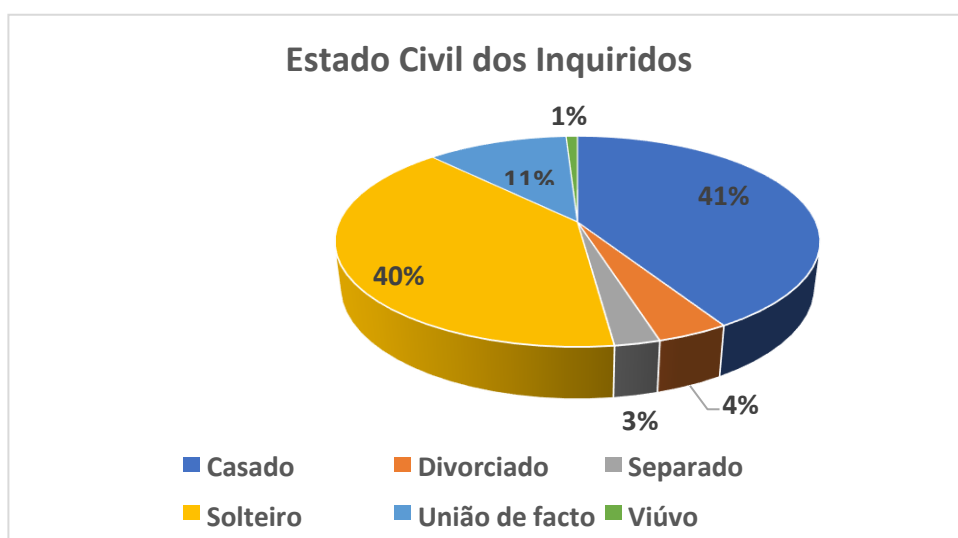


Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Apenas 1 inquirido declarou ter apenas o ensino primário enquanto 3 responderam terem concluído o I ciclo do ensino secundário.

Os inquiridos casados (41%), solteiros (40%) e em uniões de facto (11%) dominam a amostra.

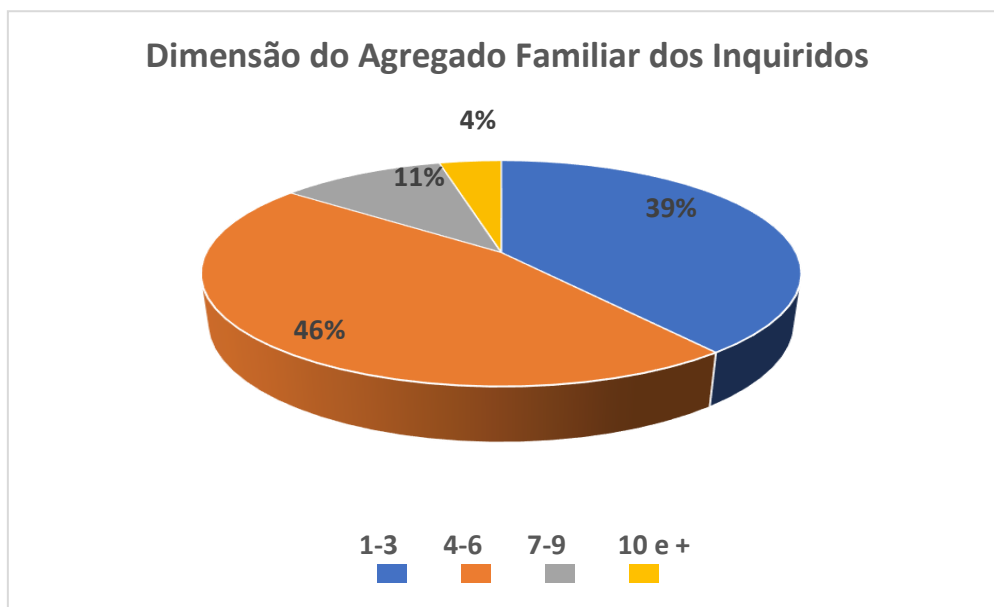
GRÁFICO 4 - Distribuição por Estado Civil dos Inquiridos



Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

A maioria dos informantes integra agregados familiares com 4 a 6 membros (46%) ou com 1 a 3 membros (39%) enquanto apenas 4% fazem parte de agregados familiares muito numerosos, com 10 ou mais membros.

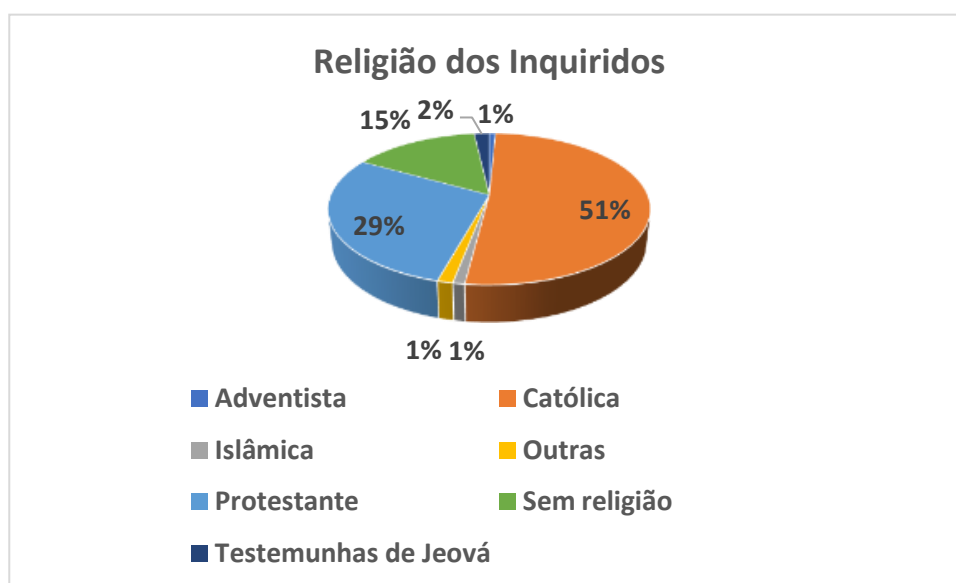
GRÁFICO 5 – Distribuição por Dimensão do Agregado Familiar



Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

A maioria dos respondentes professa a religião católica (51%), uma parte significativa são protestantes (29%) e um percentual não negligenciável assumiu não ter religião (15%).

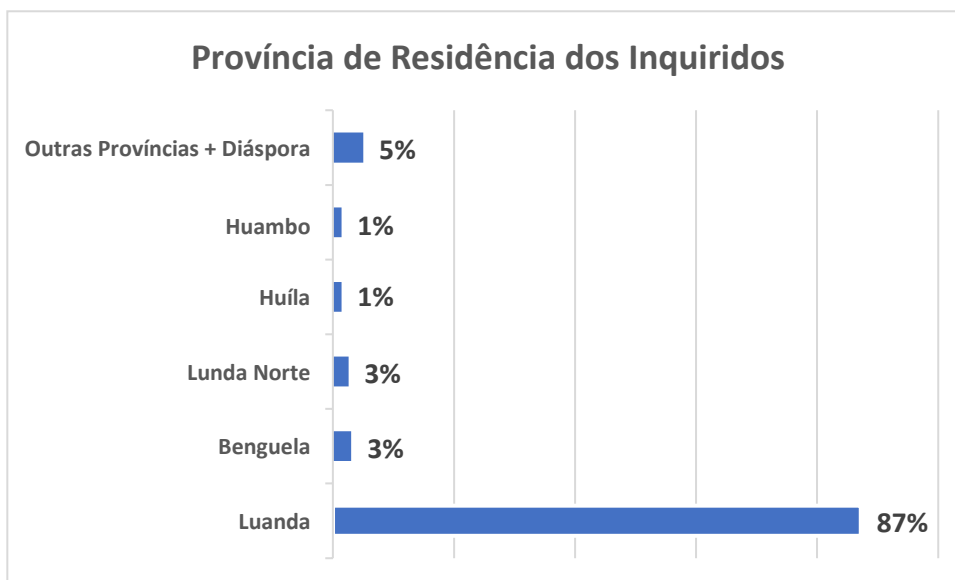
GRÁFICO 6 - Distribuição por Religião dos Inquiridos



Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

A grande maioria dos inquiridos reside na Província de Luanda (87%), Benguela, Lunda Norte, Huambo e Huíla representam 8% da amostra enquanto as outras províncias e a diáspora representam apenas 5%.

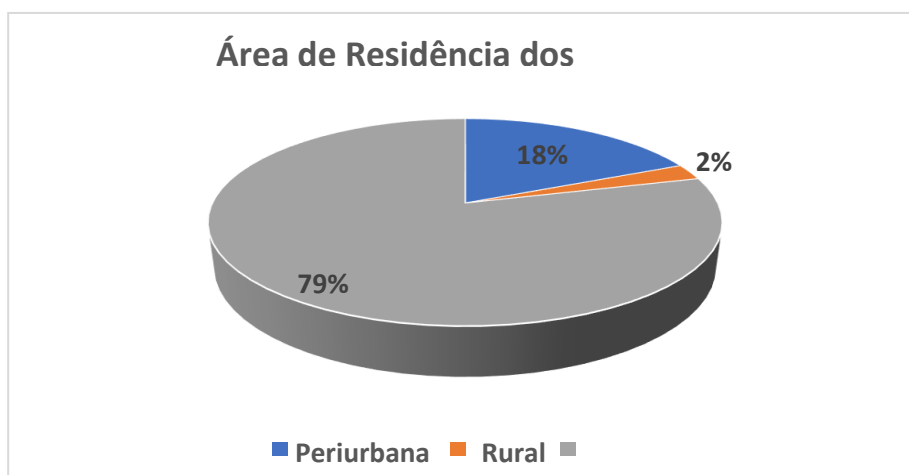
GRÁFICO 7 - Distribuição por região geográfica de residência



Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Registe-se que foram recebidas respostas com origem em 16 das 18 províncias angolanas. Quanto à área de residência, 79% residem na área urbana, 18% na área periurbana e apenas 3% na área rural.

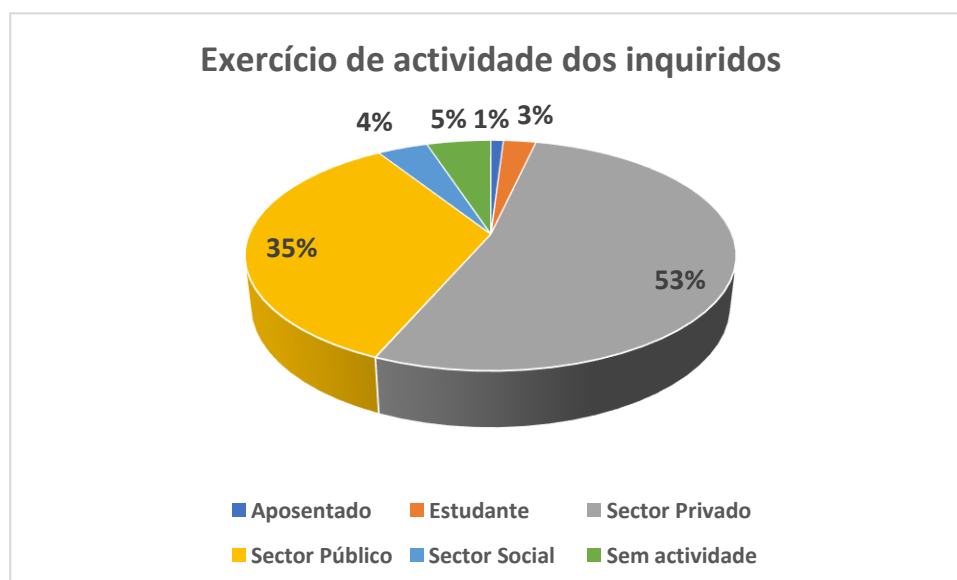
GRÁFICO 8 - Distribuição por área de residência



Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Em termos da situação relativa ao exercício da actividade, os inquiridos apresentam a seguinte distribuição: 53% trabalham no sector privado, 35% no sector público, 4% no sector social, 5% declararam não exercer actividade, 3% são estudantes e 1% aposentados.

GRÁFICO 9 – Distribuição por tipo de actividade económica dos inquiridos



Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

No que respeita ao cumprimento das restrições mobilidade e medidas de prevenção e higiene, os resultados apurados revelam que 86% declararam ter cumprido rigorosamente as restrições de mobilidade determinadas. Relativamente às medidas de higiene e prevenção de contaminação, 91% da amostra assumiu proceder sempre à higienização frequente das mãos, 74% com permanente recurso ao álcool gel, 57% realizando sempre a desinfecção de objectos de uso corrente e apenas 47% usando sempre máscaras faciais.

QUADRO 2 - Cumprimento das restrições mobilidade e medidas de prevenção e higiene

	Uso de máscaras faciais	Desinfecção de objectos de uso corrente	Higienização frequente das mãos	Uso de álcool gel
Sempre	47%	57%	91%	74%
Algumas vezes	31%	27%	8%	21%

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Relativamente aos principais efeitos do confinamento social, os inquiridos apontaram as mudanças nos modos de ocupação do tempo (91%), as mudanças na actividade laboral e profissional (87%), as mudanças nas práticas de consumo (81%) e as mudanças nas relações familiares e sociais (80%). As mudanças no perfil da procura e nos meios de acesso à informação recolheram o menor número de ocorrências (65%).

QUADRO 3 - Principais efeitos do confinamento social

Mudanças na actividade laboral/profissional	Mudanças nas práticas de consumo	Mudanças nos modos de ocupação do tempo	Mudanças nas relações familiares e sociais	Mudanças no perfil da procura e meios de acesso à informação	Mudanças nas relações com as instituições
87%	81%	91%	80%	65%	76%

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Do total da amostra, 726 dos inquiridos afirmaram desempenhar actividades essenciais enquanto 426 declararam estarem integrados em actividades não autorizadas no quadro das interdições decretadas pelo Estado de Emergência. E os dados revelam que 53% dos inquiridos se encontravam em situação de teletrabalho, 9% em trabalho presencial por turnos e 38% em trabalho convencional.

Observando as mudanças constatadas nas práticas de consumo, enquanto consumidores os inquiridos acataram as regras de prevenção e higiene associadas aos actos de consumo (97%), reduziram a frequência das deslocações para efectuar compras (93%) e passaram a afectar uma maior fatia dos respectivos orçamentos à aquisição de bens essenciais (73%); a opção pela compra de maiores quantidades em cada deslocação (55%) e a alteração dos locais habituais de abastecimento (54%) foram também opções de mais de metade da amostra, registando-se que apenas 50% dos inquiridos declarou ter

reduzido as despesas de aquisição de bens e serviços.

QUADRO 4 - Mudanças constatadas nas práticas de consumo

Menor frequência de deslocações para compras	Redução das despesas de consumo	Compra de maiores quantidades em cada deslocação	Afectação do rendimento à aquisição de bens essenciais	Alteração dos locais habituais de abastecimento	Práticas de medidas de prevenção e higiene
93%	50%	55%	73%	54%	93%

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Sobre as mudanças nos modos de ocupação do tempo, os inquiridos declararam ter aumentado o tempo dedicado às actividades domésticas (91%), à comunicação com familiares e amigos (82%), à prestação de apoio aos familiares (60%) e ao lazer/entretenimento (55%).

QUADRO 5 - Mudanças nos modos de ocupação do tempo

Maior tempo de dedicação à actividade laboral	Maior tempo de dedicação à actividade estudantil	Maior tempo de dedicação às actividades domésticas	Maior tempo de dedicação à aquisição de bens e serviços	Maior tempo de dedicação a lazer e entretenimento	Maior tempo de dedicação a actividade física e desportiva	Maior tempo de dedicação a comunicação com familiares e amigos	Maior tempo de dedicação ao apoio a familiares
43%	37%	91%	41%	55%	33%	82%	60%

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Mais reduzido foi o percentual dos inquiridos que incrementaram o tempo despendido em actividade física/desportiva (33%) e à actividade estudantil (37%).

Em relação às mudanças nas relações familiares e sociais, a preocupação com a saúde e segurança dos familiares e redes sociais de pertença emerge como o

dado mais expressivo, com 97% de respostas garantindo o cumprimento das regras de distanciamento, higiene e prevenção no quadro das relações domésticas e afins. Uma percentagem relevante dos inquiridos (92%) reconheceu ter feito uso, com mais frequência e durante mais tempo, das opções proporcionadas pelas novas ferramentas de comunicação e as redes sociais, ter aproveitado melhor o tempo para conhecer necessidades de familiares e amigos (70%), ter participado mais nas tarefas domésticas (76%) e ter usado o tempo para actividades lúdicas com familiares (58%).

QUADRO 6 - Mudanças nas relações familiares e sociais

Cumprimento regras de distanciamento, higiene e prevenção	Maior recurso às tecnologias de comunicação	Maior investimento no conhecimento das necessidades de familiares e amigos	Mais tempo despendido em actividades lúdicas com familiares	Maior partilha das tarefas domésticas
97%	92%	70%	58%	76%

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

No que se refere às mudanças no perfil da procura e meios de acesso à informação, 90 % da amostra assumiu ter feito pesquisa específica sobre o Covid 19 enquanto 82% afirmaram ter continuado a procurar informação de carácter geral. As redes sociais (88%) suplantaram a rádio e a tv (85%) como principal meio de acesso à informação.

QUADRO 7 - Mudanças no perfil da procura e meios de acesso à informação

Maior procura de informação específica sobre o Covid-19	Maior procura de informação de carácter geral	Maior uso dos meios de comunicação convencionais (rádio e tv)	Maior uso dos portais informativos	Maior uso das redes sociais
90%	82%	85%	83%	88%

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Finalmente, no que concerne às mudanças no uso dos serviços públicos, 91% dos inquiridos reconheceu ter feito menor uso dos serviços públicos enquanto o recurso às plataformas de acesso digitais foi opção para 77% dos respondentes.

QUADRO 8 - Mudanças no uso dos serviços públicos

Menor uso dos serviços públicos	Maior recurso às plataformas digitais
91%	77%

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Se observarmos o modo como as restrições de mobilidade determinadas pelo confinamento foram acatadas em função da escolaridade e da idade dos inquiridos verifica-se que no I ciclo (3 em 3) e II ciclo (29 em 56) do ensino secundário e nos doutorados (20 em 28) a maioria das ocorrências correspondeu a informantes com idade superior a 45 anos enquanto se registou a predominância do escalão 35-44 anos entre os licenciados (299 em 715), mestres (47 em 117) e doutorados. E que praticamente metade dos acataram essas determinações e frequentam a universidade se encontra abaixo dos 35 anos (195 em 288).

QUADRO 9 - Cumprimento restrições mobilidade por escolaridade e idade

Cumprimento restrições mobilidade por escolaridade e idade						
Escolaridade/ escalões etários	18 -24	25-34	35-44	45-54	55 Anos e mais	Total Geral
Ensino Primário (1ª à 6ª Classe)	1					1
I Ciclo - (7ª à 9ª Classe)				1	2	3
II Ciclo - (10ª à 13ª Classe)	8	7	12	14	15	56
Formação Técnica			3			3
Frequência Universitária	135	60	45	28	20	288
Licenciatura	38	209	299	102	67	715
Mestrado		28	47	26	16	117
Doutoramento		1	7	5	15	28
Total Geral	182	305	413	176	135	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

O uso de álcool gel é uma prática maioritariamente urbana em todos os agregados familiares, independentemente da sua dimensão. Ressalte-se o enviesamento dos dados associados ao facto da área residencial urbana estar pouco representada na amostra. Comparando o peso relativo dos principais tipos de agregados urbanos e periurbanos: 89% dos informantes que integram agregados urbanos com menos de 7 membros referiu usar sempre álcool gel enquanto na área periurbana esse percentual se fixou nos 73,5%; nos agregados familiares com 7 ou mais membros, o uso do álcool gel prevalece nos agregados periurbanos (26,5%) face aos que residem na área urbana (11%).

QUADRO 10 - Uso de álcool gel por dimensão de agregado e área de residência

Uso de álcool gel por dimensão de agregado e área de residência				
Dimensão agregado/ área residência	1.1.1. Rural	Periurbana	1.1.2. Urbana	Total Geral
1-3	12	67	399	478
4-6	9	97	454	560
7-9	8	43	78	129
10 e mais	1	16	27	44
Total Geral	30	223	958	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

O uso de máscara facial é claramente prevalecente na área urbana e entre os inquiridos com idade entre os 25 e os 44 anos de idade. No escalão mais jovem, onde há maior presença de mulheres, o uso da máscara facial é igual ao dos homens nas áreas rural e periurbana e maior na área urbana. Na área urbana, o uso de máscara facial situa-se em 70,4% nas jovens com idade entre os 18 e 24 anos, em 84,8% nas mulheres com idade entre os 25 e 34 anos, em 90,5% no escalão etário 35-44 anos, em 89,7% no escalão etário 45-54 anos e em 89,3% nas mulheres com 55 anos ou mais.

QUADRO 11 - Uso de máscara facial por idade, sexo e área de residência

Uso de máscara facial por idade, sexo e área de residência				
Idade/Sexo/ Área Residência	1.1.3. Rural	Periurbana	Urbana	Total Geral
18-24	10	48	124	182
Feminino	5	24	69	98
Masculino	5	24	55	84
25-34	11	62	232	305
Feminino	4	16	112	132
Masculino	7	46	120	173
35-44	5	66	342	413
Feminino		18	171	189
Masculino	5	48	171	224
45-54	4	30	142	176
Feminino	3	5	70	78
Masculino	1	25	72	98
55 anos e mais		17	118	135
Feminino		6	50	56
Masculino		11	68	79
Total Geral	30	223	958	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Centrando o foco nas mudanças a nível da actividade laboral/profissional impostas pelo confinamento social constata-se que, em termos globais, afectou mais os homens por força da sua maior representação na amostra.

No caso das mulheres, os efeitos foram de 53,8% no escalão 18-24 anos, 43,3% no escalão 25- 34 anos, 45,8% no escalão 35-44 anos, 44,3% no escalão 45-54 anos e 41,5% nas mulheres com 55 ou mais anos de idade.

QUADRO 12 Mudanças na actividade por sexo e idade

Mudanças na actividade por sexo e idade			
Escalões idade/sexo	Feminino	Masculino	Total Geral
18 -24	98	84	182
25-34	132	173	305
35-44	189	224	413
45-54	78	98	176
55 anos e mais	56	79	135
Total Geral	553	658	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Do total de inquiridos que sofreram mudanças na actividade laboral/profissional, os números sugerem que 40% dos informantes com o II ciclo do ensino secundário são mulheres, dos que frequentam a universidade 47,6% são do sexo feminino, dos licenciados 46,3% são mulheres, tal como 47% dos mestres e 32,1% dos doutorados.

Observando apenas o que se passou com as mulheres, as licenciadas (59,9%), as que frequentam a universidade (24,8%) e as que têm o grau de mestre (9,9%) foram as mais afectadas.

QUADRO 13 - Mudanças na actividade por escolaridade e sexo

Mudanças na actividade por escolaridade e sexo			
Escolaridade/ Sexo	Feminino	Masculino	Total Geral
Ensino Primário (1ª à 6ª Classe)	1		1
I Ciclo (7ª à 9ª Classe)	3		3
II Ciclo (10ª à 13ª Classe)	16	40	56
Formação Técnica	1	2	3
Frequência Universitária	137	151	288
Licenciatura	331	384	715
Mestrado	55	62	117
Doutoramento	9	19	28
Total Geral	553	658	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

O cruzamento do modo de exercício de actividade com a área de residência e o sexo revela que 55,9% das mulheres que responderam ao inquérito se encontravam em situação de trabalho à distância, 48,4% das quais residentes na área urbana, representando 86,6% das mulheres nessa condição. No que se refere ao trabalho presencial o peso relativo das mulheres era apenas de 33%, 27,6% das quais habitando em áreas urbanas, correspondendo a 83,4% do total de mulheres em situação de trabalho presencial. Relativamente ao trabalho por turnos, na amostra 38,4% das mulheres que integraram a amostra referiram encontrar-se nessa condição. Quanto aos homens, o seu peso relativo na amostra era de 44,1% no caso do trabalho à distância, de 61,6% no trabalho por turnos e de 67% no trabalho presencial.

QUADRO 14 - Modo de exercício da actividade por sexo e área de residência

Sexo/ Área Residência/ Modo exercício actividade	À distância	Por turnos	Presencial	Total Geral
Feminino	359	43	151	553
Periurbana	40	7	22	69
Rural	8	1	3	12
Urbana	311	35	126	472
Masculino	283	69	306	658
Periurbana	59	21	74	154
Rural	9	2	7	18
Urbana	215	46	225	486
Total Geral	642	112	457	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Em relação às actividades definidas como essenciais no Decreto Presidencial que implementou o Estado de Emergência, 46,8% dos 726 inquiridos nessa condição (representando 59,95% da amostra total auscultada) declarou estar a

realizá-las em regime de teletrabalho, 39,7% em regime presencial e 13,5% em trabalho realizado por turnos. Dos inquiridos do sector privado 50,3% estavam envolvidos em trabalho à distância, 37,4% em trabalho presencial e 12,3% em regime de trabalho por turnos enquanto no sector público apenas 38,6% estava a operar em regime de teletrabalho, 45,5% em trabalho presencial e 15,9% a trabalhar por turnos. Nas actividades essenciais, o peso relativo do sector privado no teletrabalho atingia os 55,3% contra 32,9% no sector público, diferença que diminui de 48,6% no sector privado para 45,8% no sector público no caso do trabalho presencial e que se anulava no regime de trabalho por turnos, onde quer sector privado quer sector público correspondiam a 46,9% do total de inquiridos nessa condição laboral.

QUADRO 15 - Exercício da actividade por condição, natureza e modo de exercício

Exercício da actividade por condição, natureza e modo de exercício				
Natureza actividade/Exercício actividade/ Modo exercício actividade	À distância	Por turnos	Presencial	Total Geral
Actividade Essenciais	340	98	288	726
Aposentado	2			2
Estudante	8		4	12
Sector Privado	188	46	140	374
Sector Público	112	46	132	290
Sector Social	15	4	5	24
Sem actividade	15	2	7	24

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

No que se refere às mudanças nas práticas de consumo, apenas nos escalões etários 18-24 anos e 45-54 anos se verificaram situações em que o número de ocorrências de respondentes do sexo feminino superou o dos respondentes do sexo masculino: 72 mulheres contra 63 homens com frequência universitária e 22 mulheres contra 16 homens com a licenciatura no escalão de informantes com idade entre 18 e 24 anos enquanto no escalão 45-54 anos, as mulheres

qualificadas com mestrado (15) suplantaram os homens (11) bem como as mulheres com doutoramento (3) também o fazem relativamente aos informantes masculinos (2) que reconheceram ter mudado as suas práticas de consumo.

No segmento dos inquiridos licenciados que declararam ter mudado as suas práticas de consumo, que é o de maior peso relativo na amostra, o diferencial homens-mulheres decresce com a idade (23 no escalão 25-34, 15 no escalão 35-44, 12 no escalão 45-54 e 9 nos inquiridos com 55 ou mais anos). No segmento com frequência universitária esse diferencial foi de 10 no escalão 25-34, de 6 no escalão 45-54, de 4 nos com 55 anos e mais e de 3 nos que têm entre 35 e 44 anos.

QUADRO 16 - Mudanças nas práticas de consumo por escolaridade, escalão etário e sexo

Mudanças nas práticas de consumo por escolaridade, escalão etário e sexo											
Práticas de consumo /Escolaridade	18-24		25-34		35-44		45-54		55 anos e +		Total Geral
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
/Idade/Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
Ensino Primário (1ª à 6ª Classe)	1										1
I Ciclo (7ª à 9ª Classe)							1		2		3
II Ciclo (10ª à 13ª Classe)	3	5	2	5	1	11	3	11	7	8	56
Formação Técnica					1	2					3
Frequência Universitária	72	63	25	35	21	24	11	17	8	12	288
Licenciatura	22	16	93	116	142	157	45	57	29	38	715
Mestrado			12	16	21	26	15	11	7	9	117
Doutoramento				1	3	4	3	2	3	12	28
Total Geral	98	84	132	173	189	224	78	98	56	79	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

As mudanças nas práticas de consumo por área de residência surgem claramente enviesadas pelo peso dos inquiridos urbanos na amostra. O peso relativo da mudança de práticas de consumo relativamente ao total de cada área

de residência é para os agregados de 1 a 3 pessoas de 40% na área rural, de 30% na área periurbana e de 41,6% na área urbana. Nos agregados com 4 a 6 membros, os resultados apurados foram de 30% na área rural, 43,5% na área periurbana e 47,4% na área urbana. Nos agregados com 7 a 9 membros, 26,7% dos inquiridos que declararam ter alterado práticas de consumo residem na área rural, 19,3% na área periurbana e apenas 8,1% na área urbana enquanto nos agregados com 10 e mais membros, a área rural regista ocorrências que correspondem a 3,3% do total dessa área de residência, sendo os dados correspondentes de 7,2% para a área periurbana e de 2,8% para a área urbana. Pelo que é possível detectar uma inversão do diferencial entre a área urbana e periurbana (que se fixou em 11,6 pontos percentuais nos agregados com 1 a 3 membros e em 3,9 pontos percentuais nos agregados com 4 a 6 membros) nos agregados familiares com 7 a 9 membros (- 11,2 pontos percentuais) e com mais de 10 membros (- 4,4 pontos percentuais), em desfavor da área urbana.

QUADRO 17 - Mudanças nas práticas de consumo por área de residência e dimensão do agregado familiar

Mudanças nas práticas de consumo por área de residência e dimensão do agregado familiar				
Práticas de consumo/áreas residência/ dimensão agregado	Rural	Periurbana	Urbana	Total Geral
1-3	12	67	399	478
4-6	9	97	454	560
7-9	8	43	78	129
10 e +	1	16	27	44
Total Geral	30	223	958	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Casados e solteiros foram as duas principais categorias de inquiridos que responderam ter passado a afectar mais recursos à aquisição de bens essenciais. Os solteiros prevalecem face aos casados em todas as dimensões

de agregado familiar, excepto nos agregados com 4 a 6 membros onde o valor absoluto dos casados (279 ocorrências) suplanta o dos solteiros (178 respostas). É nos agregados com 7 a 9 membros que o diferencial solteiros-casados apresenta a sua expressão máxima (34), contra 26 nos agregados com 1 a 3 membros e 23 nos agregados com 10 e mais membros.

QUADRO 18 - Afecção de recursos a bens essenciais por estado civil e dimensão do agregado familiar

Afecção de recursos a bens essenciais por estado civil e dimensão do agregado familiar					
Afecção recursos/ Estado civil/ Dimensão agregado	1-3	4-6	7-9	10 e +	Total Geral
Casado	178	279	37	7	501
Divorciado	33	15	1		49
Separado	19	11	1		31
Solteiro	204	178	71	30	483
União de facto	37	73	19	7	136
Viúvo	7	4			11
Total Geral	478	560	129	44	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Excluindo os níveis de ensino inferiores (ensino primário e I nível do ensino secundário) onde só se registam ocorrências de respondentes do sexo feminino, as mulheres apenas revelam maior propensão para alterar o seu modo de ocupação do tempo no escalão 18 a 24 anos, quer nos informantes com frequência universitária (58% dos que mudaram o modo de ocupar o tempo são mulheres contra 42% no caso dos homens) quer nos que concluíram a licenciatura (53,3% de mulheres e 46,7% de homens que assumiram ter alterado o modo de ocupar o tempo), e no escalão 45 a 54 anos, ao nível dos informantes com mestrado (57,7% de mulheres e 42,3% de homens reconheceram ter mudado o modo de ocupar o tempo neste nível de escolaridade) e com doutoramento (60 % de mulheres e 40 % de homens reconheceram ter mudado o modo de ocupar o tempo neste nível de escolaridade).

QUADRO 19 - Mudanças nos modos de ocupação do tempo por escolaridade, sexo e idade

Mudanças nos modos de ocupação do tempo por escolaridade, sexo e idade						
Modos ocupação tempo/escolaridade/sexo/idade	18-24	25-34	35-44	45-54	55 e +	Total Geral
Ensino Primário (1ª à 6ª Classe)	1					1
Feminino	1					1
I Ciclo (7ª à 9ª Classe)				1	2	3
Feminino				1	2	3
II Ciclo (10ª à 13ª Classe)	8	7	12	14	15	56
Feminino	3	2	1	3	7	16
Masculino	5	5	11	11	8	40
Formação Técnica			3			3
Feminino			1			1
Masculino			2			2
Licenciatura	38	209	299	102	67	715
Feminino	22	93	142	45	29	331
Masculino	16	116	157	57	38	384
Frequência Universitária	135	60	45	28	20	288
Feminino	72	25	21	11	8	137
Masculino	63	35	24	17	12	151
Mestrado		28	47	26	16	117
Feminino		12	21	15	7	55
Masculino		16	26	11	9	62
Doutoramento		1	7	5	15	28
Feminino			3	3	3	9
Masculino		1	4	2	12	19
Total Geral	182	305	413	176	135	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Os valores percentuais mais elevados dos informantes que responderam ter passado a dedicar mais tempo às actividades domésticas verificaram-se nos agregados mais pequenos (1 a 3 membros) na área rural com 40%, e nos agregados com 4 a 6 membros para os informantes que residem nas áreas

periurbanas (43,5%) e nas áreas urbanas (47,4%). Também é nos agregados de menor dimensão que se verificam as situações em que mais mulheres assumem passar a dedicar mais tempo às actividades domésticas: as que residem nas áreas rurais (7 em 12 ocorrências) e as que residem nas áreas urbanas (208 em 399 ocorrências).

QUADRO 20 - Tempo dedicado às actividades domésticas por área de residência, dimensão do agregado familiar e sexo

Mais tempo dedicado às actividades domésticas por área de residência, dimensão do agregado familiar e sexo					
Actividades domésticas/área residência, dimensão agregado /sexo	1-3	4-6	7-9	10 e +	Total Geral
Rural	12	9	8	1	30
Feminino	7	2	2	1	12
Masculino	5	7	6		18
Periurbana	67	97	43	16	223
Feminino	18	33	15	3	69
Masculino	49	64	28	13	154
Urbana	399	454	78	27	958
Feminino	208	221	32	11	472
Masculino	191	233	46	16	486
Total Geral	478	560	129	44	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Observando os informantes com licenciatura, o nível de escolaridade maioritário na amostra (715 em 1211 ocorrências), residentes na área urbana, também maioritária na amostra (958 em 1211 ocorrências), é nos escalões etários dos 35 aos 44 anos, dos 25 aos 34 anos e dos 45 aos 54 anos que é reconhecido ter havido mais tempo dedicado à comunicação, com respectivamente 74,3%, 68,5 % e 60,5 %. Registe-se que no escalão entre os 18 e os 24 anos, os informantes com frequência universitária são maioritários em todas as áreas de

residência (90% na área rural, 72,9% na área periurbana e 73,4% na área urbana).

Mais tempo dedicado à comunicação por escolaridade, área de residência e idade															
	Rural				Periurbana					Urbana					Total Geral
Comunicação/ escolaridade/área residência/idade	18-24	25-34	35-44	45-54	18-24	25-34	35-44	45-54	55 e +	18-24	25-34	35-44	45-54	55 e +	
Ensino Primário (1ª à 6ª Classe)					1										1
I Ciclo (7ª à 9ª Classe)				1										2	3
II Ciclo (10ª à 13ª Classe)			1	1	2	2	2	1	2	6	5	9	12	13	56
Formação Técnica												3			3
Frequência Universitária	9	3	1	1	35	15	8	4	1	91	42	36	23	19	288
Licenciatura	1	7	2		10	43	43	16	9	27	159	254	86	58	715
Mestrado		1		1		2	12	8	3		25	35	17	13	117
Doutoramento			1				1	1	2		1	5	4	13	28
Total Geral	10	11	5	4	48	62	66	30	17	124	232	342	142	118	1211

QUADRO 21 - Tempo dedicado à comunicação por escolaridade, área de residência e idade

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Confrontados com a dedicação de mais tempo ao apoio à família, dos que residem na área rural, 40% pertencem a agregados com 1 a 3 membros, 30% a agregados com 4 a 6 membros e os restantes 30 % a agregados com mais de 7

membros, Dos que residem na área periurbana e que admitiram ter passado a prestar mais apoio aos familiares, 43,5% integram agregados com 4 a 6 membros, 30% fazem parte de agregados com 1 a 3 membros e 26,5% pertencem aos agregados com mais de 7 membros. No caso da área urbana, dos informantes que assumiram ter passado a prestar mais apoio aos familiares, 47,4% fazem parte de agregados com 4 a 6 membros, 41,6% de agregados com 1 a 3 membros e 11% dos agregados com mais de 7 membros.

QUADRO 22 - Tempo dedicado ao apoio à família por área de residência e dimensão do agregado familiar

Mais tempo dedicado ao apoio à família por área de residência e dimensão do agregado familiar				
Apoio família/ área residência/ dimensão agregado	Rural	Periurbana	Urbana	Total Geral
1-3	12	67	399	478
4-6	9	97	454	560
7-9	8	43	78	129
10 e +	1	16	27	44
Total Geral	30	223	958	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Relativamente à maior dedicação de tempo às práticas físicas e desportivas, é entre os jovens urbanos que a disponibilidade das mulheres se revela maior (mais 16 mulheres do que homens entre os 18 e os 34 anos) enquanto acima dos 45 anos prevalecem os homens face às mulheres no que se refere à maior disponibilidade para as actividades físicas e desportivas (mais 20 ocorrências). Na área periurbana apenas no escalão etário inferior (18 a 24 anos) se constata

igual valor percentual das mulheres e homens que afirmaram ter passado a dedicar mais tempo a práticas físicas e desportivas enquanto em todos os outros escalões o número de homens é sempre superior (mais 85 ocorrências nos homens do que nas mulheres).

QUADRO 23 - Tempo dedicado às práticas físicas e desportivas por área de residência, idade e sexo

Mais tempo dedicado às práticas físicas e desportivas por área de residência, idade e sexo																
	18-24		18-24 Total	25-34		25-34 Total	35-44		35-44 Total	45-54		45-54 Total	55 anos e mais		55 anos e + Total	Total Geral
	F	M		F	M		F	M		F	M		F	M		
Rural	5	5	10	4	7	11		5	5	3	1	4				30
Periurbana	24	24	48	16	46	62	18	48	66	5	25	30	6	11	17	223
Urbana	69	55	124	112	120	232	171	171	342	70	72	142	50	68	118	958
Total Geral	98	84	182	132	173	305	189	224	413	78	98	176	56	79	135	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Dos que assinalaram ter efectuado mudanças nas relações familiares e sociais, 47,6% dos informantes com frequência universitária são do sexo feminino, 46,3% são também mulheres entre os informantes licenciados, 47% são mulheres entre os informantes com mestrado, 32,1% são do sexo feminino entre os informantes com doutoramento e 28,6% entre os informantes como II nível do ensino secundário concluído. Essa mudança de atitude é mais significativa entre os informantes com idade entre os 25 e os 54 anos de idade (73,8% da amostra).

QUADRO 24 - Mudanças nas relações familiares e sociais por escolaridade, sexo e idade

Mudanças nas relações familiares e sociais por escolaridade, sexo e idade						
Relações familiares e sociais/escolaridade/sexo/idade	18-24	25-34	35-44	45-54	55 e +	Total Geral
Ensino Primário (1ª à 6ª Classe)	1					1
Feminino	1					1
I Ciclo (7ª à 9ª Classe)				1	2	3
Feminino				1	2	3
II Ciclo (10ª à 13ª Classe)	8	7	12	14	15	56
Feminino	3	2	1	3	7	16
Masculino	5	5	11	11	8	40
Formação Técnica			3			3
Feminino			1			1
Masculino			2			2
Frequência Universitária	135	60	45	28	20	288
Feminino	72	25	21	11	8	137
Masculino	63	35	24	17	12	151
Licenciatura	38	209	299	102	67	715
Feminino	22	93	142	45	29	331
Masculino	16	116	157	57	38	384
Mestrado		28	47	26	16	117
Feminino		12	21	15	7	55
Masculino		16	26	11	9	62
Doutoramento		1	7	5	15	28
Feminino			3	3	3	9
Masculino		1	4	2	12	19
Total Geral	182	305	413	176	135	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Dos 500 informantes casados que admitiram ter o confinamento induzido mudanças nas relações familiares e sociais, 53,2% são católicos, 32,2% protestantes, 11,2% afirmaram não praticar qualquer religião e os restantes 3,4% integram outras confissões religiosas. Quanto aos solteiros, o segundo estado civil na hierarquia da amostra, 48,2 % dos que reconheceram ter efectuado mudanças nas relações familiares e sociais afirmaram-se católicos, 29,2% protestantes, 17,4% sem religião e os restantes 5,2% praticantes de outras religiões. Os católicos representam 54,1% dos informantes que vivem em união de facto e que vivenciaram mudanças nas relações familiares e sociais durante o confinamento, os protestantes 23,7%, os que não têm religião 14,8%, sendo os restantes 7,4% discípulos de outras religiões.

QUADRO 25 - Mudanças nas relações familiares e sociais por estado civil e religião

Mudanças nas relações familiares e sociais por estado civil e religião								
Estado civil/ Religião	Adventista	Católica	Islâmica	Protestante	Testemunhas de Jeová	Outras	Sem religião	Total Geral
Casado	4	266	2	161	7	5	56	500
Divorciado		23	2	6		2	16	49
Separado		21		4	1		5	31
Solteiro	5	233	6	141	8	6	84	483
União de facto		73	2	32	6	3	20	135
Viúvo		5		5			1	11
Total Geral	9	621	12	349	22	16	182	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Dos que afirmaram ter passado a fazer maior recurso às tecnologias de informação durante o confinamento, com excepção do escalão entre os 18 e os 24 anos (24 ocorrências de ambos os sexos), os homens são maioritários em todos os outros escalões na área periurbana enquanto para os que residem na área urbana se verifica também uma situação de igualdade no escalão de informantes com idade entre os 35 e 44 anos (171 ocorrências para cada um dos sexos) e um maior peso das mulheres no escalão entre os 18 e 24 anos (69 mulheres contra 55 homens).

QUADRO 26 - Maior recurso às tecnologias de comunicação por área de

residência, idade e sexo

Maior recurso às tecnologias de comunicação por área de residência, idade e sexo																					
Tecnologias comunicação/área residência/idade/sexo	18 -24		18 - 24 Total		25-34		25-34 Total		35-44		35-44 Total		45-54		45-54 Total		55 anos e +		55 e + Total		Total Geral
	F	M			F	M			F	M			F	M			F	M			
Rural	5	5	10		4	7	11			5		5		3	1	4					30
Periurbana	24	24	48		16	46	62		18	48	66		5	25	30		6	11		17	223
Urbana	69	55	124		112	120	232		171	171	342		70	72	142		50	68		118	958
Total Geral	98	84	182		132	173	305		189	224	413		78	98	176		56	79		135	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Dos informantes residentes na área urbana e que afirmaram ter passado a dedicar mais tempo a actividades lúdicas com familiares pontificam os licenciados, os informantes com frequência universitária e os que concluíram o mestrado e que integram agregados familiares com 4 a 6 membros e com 1 a 3 membros. Os licenciados em referência representam 61,6% dos informantes pertencentes a agregados urbanos com menos de 7 membros e 73,7% do total desse nível de escolaridade na amostra.

Os informantes com frequência universitária que afirmaram ter passado a dedicar mais tempo a actividades lúdicas no seio familiar representam 21% dos informantes pertencentes a agregados urbanos com menos de 7 membros e 62,2% do total desse nível de escolaridade na amostra. Os mestres representam 9,4% dos informantes pertencentes a agregados urbanos com menos de 7 membros e 68,4% do total desse grau académico na amostra.

QUADRO 27 - Tempo dedicado a actividades lúdicas com familiares por escolaridade, área de residência e dimensão do agregado familiar

Mais tempo dedicado a actividades lúdicas com familiares por escolaridade, área de residência e dimensão do agregado familiar				
	Rural	Periurbana	Urbana	Total Geral

Actividades lúdicas/ escolaridade / área residência/dimensão agregado	10 e +				7-9				4-6				1-3			
	10 e +	7-9	4-6	1-3	10 e +	7-9	4-6	1-3	10 e +	7-9	4-6	1-3	10 e +	7-9	4-6	1-3
Ensino Primário (1ª à 6ª Classe)							1									1
I Ciclo (7ª à 9ª Classe)											1	1				3
II Ciclo (10ª à 13ª Classe)			1		3	3	2	1	18	24	2	1				56
Formação Técnica									2		1					3
Frequência Universitária	4	5	4	1	12	28	15	8	82	97	25	7				288
Licenciatura	5	4	1		43	51	21	6	246	281	43	14				715
Mestrado	1		1		7	13	5		34	46	5	5				117
Doutoramento			1		2	1		1	16	5	2					28
Total Geral	12	9	8	1	67	97	43	16	399	454	78	27				1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

A observação do modo como os informantes revelaram as mudanças efectuadas no que respeita ao acesso e ao tipo de informação consumida durante o período de confinamento permite fixar três situações em que o comportamento das mulheres e dos homens é equivalente: no escalão etário 18-24 anos para os informantes residentes nas áreas rurais e nas áreas periurbanas e no escalão entre os 35 e 44 anos para os residentes na área urbana, contextos em que a proporção é de 50% para ambos os sexos.

No escalão etário mais jovem o peso relativo das mulheres residentes nas áreas urbanas que efectuaram mudanças no acesso e no tipo de informação consumida é de 55,6% contra 44,4% dos homens enquanto no escalão entre os 45 e 54 anos as mulheres residentes nas áreas rurais que alteraram o seu comportamento representam 75% face a 25% dos homens. Em todas as outras circunstâncias, associadas à área de residência e à idade, o peso relativo dos homens que alteraram as suas práticas face ao acesso e ao tipo de informação procurada é sempre superior ao dos informantes do sexo feminino.

QUADRO 28 - Mudanças no acesso e no tipo de informação por idade, sexo e área de residência

Mudanças no acesso e no tipo de informação por idade, sexo e área de residência

Acesso informação/idade/sexo/área residência	1.1.4. Rural	Periurbana	Urbana	Total Geral
18-24	10	48	124	182
Feminino	5	24	69	98
Masculino	5	24	55	84
25-34	11	62	232	305
Feminino	4	16	112	132
Masculino	7	46	120	173
35-44	5	66	342	413
Feminino		18	171	189
Masculino	5	48	171	224
45-54	4	30	142	176
Feminino	3	5	70	78
Masculino	1	25	72	98
55 anos e mais		17	118	135
Feminino		6	50	56
Masculino		11	68	79
Total Geral	30	223	958	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

Dos 726 informantes que afirmaram estar envolvidos em actividades definidas como essenciais pelo decreto presencial que determinou o Estado de Emergência, 77,4% dos que afirmaram ter efectuado mudanças no modo de acesso à informação no quadro do desempenho das suas actividades dos têm idade entre os 25 e os 54 anos.

Nos informantes que declararam estar a trabalhar à distância as mulheres são maioritárias em todos os escalões etários com excepção dos que têm mais de 55 anos ou mais de idade enquanto nos que estavam envolvidos em trabalho presencial e por turnos, as mulheres apenas prevalecem no escalão entre os 18 e os 24 anos, situação naturalmente correlacionada com o respectivo estado civil e condição de maternidade.

QUADRO 29 - Mudanças no modo de acesso à informação no desempenho das actividades essenciais por sexo e idade

Mudanças no modo de acesso à informação no desempenho das actividades essenciais por sexo e idade

Acesso à informação/ idade/sexo	18-24	25-34	35-44	45-54	55 e +	Total
À distância	52	63	121	60	44	340
Feminino	29	42	69	40	20	200
Masculino	23	21	52	20	24	140
Por turnos	4	26	39	16	13	98
Feminino	2	8	21	3	5	39
Masculino	2	18	18	13	8	59
Presencial	17	81	108	48	34	288
Feminino	10	24	31	13	10	88
Masculino	7	57	77	35	24	200
Total Geral	73	170	268	124	91	726

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

A procura de informação sobre a pandemia, apesar de surgir estreitamente relacionada com a distribuição amostral das variáveis sociodemográficas, é mais expressiva entre os casados de idade entre os 25 e os 54 anos (84% do total de informantes que declararam aquele estado civil) enquanto 89,2% dos solteiros interessados em informação específica sobre o Covid19 têm idade inferior a 45 anos. No escalão etário de 55 anos e mais, que abrange um dos segmentos populacionais de risco face à pandemia, os dados revelam que 65,2% do total de informantes desse escalão etário que são casados ou vivem em união de facto correspondem apenas a 13,8% dos informantes desses 2 estados civis na amostra que procuraram informação específica sobre a pandemia. Viúvos (54,5%) e divorciados (46,9%) apresentam pesos relativos mais expressivos neste item.

QUADRO 30 - Procura de informação sobre a pandemia por idade e estado civil

Procura de informação sobre a pandemia por idade e estado civil							
Idade/ Estado Civil	Casado	Divorciado	Separado	Solteiro	União de facto	Viúvo	Total Geral
18-24	4			174	4		182
25-34	115	4	1	154	30	1	305
35-44	216	11	17	103	64	2	413
45-54	90	11	9	38	26	2	176
55 anos e +	76	23	4	14	12	6	135

Total Geral	501	49	31	483	136	11	1211
--------------------	------------	-----------	-----------	------------	------------	-----------	-------------

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

O uso de portais informativos como modo de acesso à informação durante o período de confinamento foi maioritário nos informantes com idade inferior a 45 anos (74,3%) em ambos os sexos. Registam-se no entanto diferentes pesos relativos nos diferentes escalões por sexo: no escalão 35 a 44 anos, 34,2% do total de mulheres da amostra contra 34% dos total de homens; no escalão entre os 25 e os 34 anos 23,9% do total de mulheres na amostra contra 26,3% do total de homens; e no escalão entre os 18 e os 24 anos, 17,7% do total de mulheres na amostra contra 12,8% do total de homens.

QUADRO 31 - Uso de portais informativos por idade e sexo

Uso de portais informativos por idade e sexo			
Idade/Sexo	Feminino	Masculino	Total Geral
18 -24	98	84	182
25-34	132	173	305
35-44	189	224	413
45-54	78	98	176
55 anos e +	56	79	135
Total Geral	553	658	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

O maior uso das redes sociais durante o confinamento surge também associado quer à área de residência quer ao nível de escolaridade. Os três níveis de escolaridade mais expressivos na amostra (frequência universitária + licenciatura + mestrado) representam 92,4% dos informantes residentes nas áreas urbanas que declararam ter usado mais as redes sociais, percentual que se situa em 93,7% para os informantes residentes nas áreas periurbanas e em 87% para os informantes residentes nas áreas rurais.

QUADRO 32 - Uso das redes sociais por escolaridade e área de residência

Uso das redes sociais por escolaridade e área de residência				
Escolaridade/ Área de residência	1.1.5. Rural	Periurbana	Urbana	Total Geral

Ensino Primário (1ª à 6ª Classe)		1		1
I Ciclo (7ª à 9ª Classe)	1		2	3
II Ciclo (10ª à 13ª Classe)	2	9	45	56
Formação Técnica			3	3
Frequência Universitária	14	63	211	288
Licenciatura	10	121	584	715
Mestrado	2	25	90	117
Doutoramento	1	4	23	28
Total Geral	30	223	958	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

No que respeita ao uso dos serviços públicos, constata-se que foram os informantes com idade entre os 18 e os 34 anos quem menor usos deles fez durante o confinamento (70% dos informantes residentes nas áreas rurais) enquanto que nas áreas periurbanas se verificou praticamente uma tendência igual entre os menores de 35 anos e os com 35 ou mais anos de idade (49,9% contra 50,1%) e nas áreas urbanas foram os informantes com 35 anos e mais de idade quem menor recurso fez dos serviços públicos (62,8%).

QUADRO 33 - Menor uso dos serviços públicos por idade e área de residência

Menor uso dos serviços públicos por idade e área de residência				
Idade/ Área de Residência	Rural	Periurbana	Urbana	Total Geral
18-24	10	48	124	182
25-34	11	62	232	305
35-44	5	66	342	413
45-54	4	30	142	176
55 anos e +		17	118	135
Total Geral	30	223	958	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

A alternativa de uso de suportes digitais para acesso aos serviços públicos oferecida pelas instituições serviu principalmente os informantes com frequência universitária e com licenciatura, com expressão percentual progressivamente inferior à medida que aumenta a idade dos informantes: 95,1% no escalão 18-24 anos, 88,2% no escalão 25-34 anos, 83,3% no escalão 35-44 anos, 73,9% no escalão 45-54 anos e 64,4% no escalão 55 anos e mais.

QUADRO 34 - Uso dos suportes digitais disponibilizados por escolaridade e idade

Uso dos suportes digitais disponibilizados por escolaridade e idade						
Escolaridade/ Idade	18-24	25-34	35-44	45-54	55 e +	Total Geral
Ensino Primário (1ª à 6ª Classe)	1					1
I Ciclo (7ª à 9ª Classe)				1	2	3
II Ciclo (10ª à 13ª Classe)	8	7	12	14	15	56
Formação Técnica			3			3
Frequência Universitária	135	60	45	28	20	288
Licenciatura	38	209	299	102	67	715
Mestrado		28	47	26	16	117
Doutoramento		1	7	5	15	28
Total Geral	182	305	413	176	135	1211

Fonte: Elaboração própria com dados do inquérito EECS 01/2020

3.2. Análise dos resultados dos Webinars (Facebook)

Entre os dias 26/4 e 15/5 de 2020 foram realizadas 12 webinars com informantes especializados (ver anexo A2), cobrindo diferentes áreas de formação académica e diferentes domínios de especialização profissional e social. Dos diálogos estabelecidos (ver anexo A3), para efeitos do objecto de análise, foram enunciadas as seguintes considerações, que foram agrupadas em 4 níveis de análise:

- **Efeitos sobre os indivíduos**

Da reflexão de K.M. retivemos os seguintes enunciados: “o nível de domínio da informação sobre a pandemia explica as incertezas e/ou expectativas em relação ao futuro novo normal”; “há medo da perda do emprego formal ou informal com o prolongar do Estado de Emergência”; “o comportamento individual pode condicionar ou influenciar a expansão da doença”; “há fortes expectativas na mudança comportamental com possibilidades de voltarmos a ser mais humanos e solidários”.

J.O.V.D. enfatizou a “existência de uma disputa entre a liberdade, enquanto direito adquirido e a necessidade de confinamento social, para controlo da pandemia”; bem como a ideia de que com o confinamento “a cultura de leitura, a curiosidade na descoberta do novo, a vontade de crescer... possa fazer com que os indivíduos leiam mais e aprendam mais”; deixou ainda claro que, do seu ponto de vista, “não há mudanças colectivas, se cada indivíduo não for capaz de gerar autoconhecimento e mudar as suas atitudes”.

Para A.E. a pandemia vai implicar que “enquanto seres humanos temos que nos reinventar” e “vai obrigar a que os profissionais dêem mais de si para conquistarem simpatias dos seus patrões”; constatando a existência de “muita gente no desemprego e com pouca certeza sobre o mercado, dada a crise”.

Mais orientada para os efeitos psicológicos do confinamento, N.V.A. sublinhou que “consequências como mortes, fechamento das fronteiras, a quarentena e o reforço pelo distanciamento social podem nos fazer sentir ainda mais medo” e que “embora a ameaça seja real, o pânico e as emoções à flor da pele deixam a situação ainda pior”. Em seu entender, “é natural que diferentes pessoas perspectivem mudança de atitudes, depois da pandemia já que os sonhos alimentam-nos muitas vezes, ajudam-nos a criar metas, podem ser importantes e saudáveis”, concluindo que “nestes termos, a inteligência emocional com toda a sua abrangência pode ser uma solução. Manter-nos apreensivos e negar a situação só piora as coisas”.

- **Efeitos sobre as famílias**

K.M. estabeleceu a relação entre “um certo desacreditar dos efeitos da doença por inerência da pouca informação existente” e o imperativo de uma realidade

em que “a pobreza tem obrigado as famílias a violarem os critérios de biossegurança na luta pela sobrevivência”. Referiu que “o controlo da utilização de recursos tecnológicos pode tornar a família mais unida” e que perante a pressão do confinamento “as famílias são obrigadas a criar planos de actividades para diminuição do stress” dando nota da “existência de registos, na generalidade, do aumento de violência doméstica, o que pode denunciar consequência do pouco convívio entre os membros da mesma família”.

A visão sociológica de J.O.V.D. manifesta-se na afirmação de que “as condições económicas da maior parte das famílias não permitem que elas cumpram na íntegra, os critérios do estado de emergência” uma vez que “grande parte das famílias angolanas, aqui na cidade de Luanda, dependem do mercado informal para a sua sobrevivência, logo, são obrigados a violarem o estado de emergência”, acrescentando que “durante muitos anos foram ignorados os mecanismos de protecção social e, por isso, as famílias pobres têm grandes dificuldades de enfrentar a crise”. Constatou igualmente que “as famílias com melhores condições acumularam mantimentos para suportar a pandemia”.

Em sentido semelhante o socioeconomista S.C. considerou que “a pobreza limita a boa vontade das famílias em cumprirem, com rigor, os princípios do Estado de Emergência” num contexto em que “o limitado acesso aos bens de utilidade pública (água, energia, capacidade de compra de sabão e dificuldades com a cesta básica), na contrapartida da inexistência de infra-estruturas sociais na periferia, mais severa nas zonas rurais, agrava a condição de pobreza das famílias fora dos grandes centros urbanos”. Observou que “as famílias angolanas vivem as consequências de decisão não tomadas no passado”.

O olhar clínico de N.V.A. registou que “o medo e a pouca informação mexem com a condição psicossocial das famílias” e que estas “estão a aprender a gerir, a usufruir e a viver os prazeres impostos do Estado de Emergência”. Defendeu a tese de que “é importante aceitar o novo normal e tirar partido dele. As famílias têm de aprender a lidar com este convívio forçado em ambientes fechados”, pois “tudo resulta da mudança repentina de paradigma e, também, a adaptação das famílias a uma rotina imposta e muito trabalhosa”. Tal como K.M. referiu que “há estatísticas que referem o aumento de casos de violência no seio das famílias”.

Jurista, S.C. defendeu que “grande parte dos efeitos negativos do confinamento

são explicados pelos níveis profundos de pobreza das famílias”, constatando que “ao longo dos anos sem a actuação da pandemia, as famílias não foram potenciadas para o empreendedorismo, como forma de melhoria dos seus rendimentos”. Manifestou a expectativa de que “as famílias saiam mais fortalecidas e com o imaginário aguçado para o empreendedorismo”.

Segundo a engenheira K.G., “a falta de soluções médicas para a pandemia, contribui para a instabilidade familiar” sendo que “as famílias precisam compreender que as soluções médicas não virão no curto prazo, pelo que terão que adaptar-se com o novo normal”.

O pedagogo I.P. enfatizou que “as famílias estão preocupadas com a formação de seus filhos, o que é completamente normal, mas é importante ter paciência e esperar por soluções políticas em torno da pandemia”. Adiantou ainda que “uma boa parte da rejeição das tele-aulas que o ministério controla, por via da TPA, decorrem da falta de hábito e da pouca paciência dos pais em fazer o devido acompanhamento”.

Especialista nas questões do poder local, B.S. reconheceu que “as famílias estão em crise económica e financeira e, as comunidades estão em crise de liderança” sugerindo que “não se deve deixar o debate sobre a descentralização na mão dos políticos... é necessário o envolvimento das famílias pois só o seu empoderamento vai garantir maior capacidade de fiscalização dos actos públicos e melhores resultados da governação”.

Responsável religioso, B.C. considerou que “as famílias estão cada vez mais pobres e não guardaram riquezas para lidar com período de crises”. Do seu ponto de vista, “há pouca informação sobre os impactos da pandemia no seio das comunidades e as poucas informações partilhadas, geram muitas dúvidas”. Afirmou que “não se pode pedir a uma família de barriga vazia a cumprir a lei e a ordem. Principalmente num país de pouca transparência governativa” e lembrou que “a Protecção Social às famílias marginalizadas é função do Estado, pelo que a distribuição de cestas básicas e de material de biossegurança não é negociável, se queremos ter, redução do contágio e, no final da pandemia, pessoas vivas”.

- **Efeitos sobre a sociedade**

Na perspectiva da analista K.M., “há claras evidências sobre a ausência de infra-estruturas sociais básicas nas comunidades periféricas aos centros urbanos”, razão pela qual “as organizações da sociedade civil são chamadas a prática da solidariedade” enquanto “a responsabilidade social das organizações lucrativas está condicionada a lei do mecenato”.

J.O.V.D. observou que “as zonas suburbanas e rurais têm graves problemas com o acesso a água e detergente... o que condiciona a prática de biossegurança”. E colocou no centro das suas preocupações o potencial das “universidades, centros de estudo e pesquisa e dos cientistas de modo geral, que são chamados a sistematização do conhecimento para bem da humanidade” bem como a “necessidade da interdisciplinaridade na compreensão da pandemia para se buscar por soluções mais sustentadas”.

Em sintonia com K.M. e J.O.V.D., A.E. referiu que “a pandemia colocou a descoberto as deficiências sociais e económicas do País”.

Análise partilhada por S.C. que deu nota de que “as zonas rurais e periurbanas vivem uma pobreza multidimensional” numa “sociedade que é tão desigual que a Covid-19 vai agravar o desemprego, a escassez de alimentos, a diminuição do poder de compra e os acessos aos serviços sociais básicos”. Observou ainda que “o encerramento das escolas não pode ser compensado com o uso de tecnologias por causa da elevada taxa de info-exclusão”.

S.C. considerou que “o nosso ensino não estimula a consciência crítica, pelo que a dependência do estado continua a ser a melhor opção para as famílias”, referindo ainda que “as universidades e institutos são chamados a criar incubadoras de negócios para jovens estudantes... uma forma de geração de emprego e melhoria do rendimento das famílias”.

O défice da educação emergiu também do discurso de I.P., que considerou que “a pandemia também trouxe ao de cima as insuficiências do nosso sistema de ensino” e que “o país precisa pensar, urgentemente, num modelo de educação que torne as pessoas úteis para a sociedade”.

B.C. sustentou que “com a baixa do petróleo, a pobreza piorou. E que acrescida a pandemia, o país será uma total desgraça”, lembrando que “há muita força

de trabalho na rua e a ser sustentada por empregos precários decorrentes da economia informal, tendo de ser preocupação do Estado a correcção do ambiente de negócios”. Na sua visão enquanto responsável religioso considerou que “aceitar os conselhos da ciência e evitar aglomerações em igrejas e outros locais públicos, significa prudência” referindo “serem bíblicos a obediência e o cumprimento do dever”. Razão pela qual “as igrejas e outras organizações de base têm a responsabilidade mobilizar e capacitar as comunidades sobre o valor a vida e a necessidade de cumprimento obrigatório das regras de biossegurança”.

- **Efeitos sobre o Estado**

“A pandemia destapou a ineficiência das políticas públicas” destacou K.M., sublinhando que “a constante ausência de autoridade sobre o rigor do Estado de Emergência é fruto do reconhecimento do Estado sobre as suas falhas”. Do seu ponto de vista, “observam-se eventos de pouca confiança nas informações estatísticas oficiais sobre a Covid-19” pelo que “a forma de comunicar da autoridade sanitária tem de ser mais transparente”.

J.O.V.D. considerou que “a pandemia vai obrigar o aprofundamento da democracia e das liberdades e que tem estado a exigir que o governo angolano se restructure e se adapte ao contexto”. Nesse sentido “é preciso reestruturar a forma como as políticas públicas são concebidas e executadas”, sendo o diálogo com a sociedade importante uma vez que, por exemplo, “há muita pouca falta de vontade do Estado... nos diálogos com as universidades e centros de pesquisa”.

Na perspectiva de A.E. “existem fortes probabilidades de acontecer um caos para a economia real resultante da pouca eficiência das políticas públicas no passado” a que acresce “uma pressão sobre o poder político por causa da contradição entre a necessidade da economia reagir e as exigências do confinamento”. Assume que “é preciso definir com clareza, que capitalismo queremos e adaptar as escolhas públicas ao verdadeiro interesse das famílias”, recordando que “o desenvolvimento económico exige tempo de reestruturação e não se compadece com acções de curto prazo”. Adianta que “se é para ter um Estado interventivo, então, que seja para o fazer bem. E fazer bem é investir nas

despesas de capital”, “é o aumento da capacidade dos sistemas de saúde e a melhoria dos sistemas de protecção social”, é “elevar o nível tecnocrático da Administração Pública” colocando no centro das suas preocupações “a valorização urgente das estatísticas e de sistemas de manipulação de dados numéricos, nos processos de tomada de decisão”.

F.I. considerou que “Angola sofre consequências de não leitura da lógica do funcionamento do mercado internacional e que com o petróleo em baixa, diminuem todas as possibilidades de termos um estado mais efectivo: o Estado providência e que garante a protecção social efectiva”. Sugere que “a miséria do povo angolano pode ser superada com a geração de emprego... que depende das decisões estratégicas a serem tomadas pelos políticos” e afirma que “não é possível falar-se em desenvolvimento sem a conversa entre a ciência e a política”.

S.C. destacou que “a Covid-19 não pode ser desculpa para tudo” de que a “questão da pobreza em Angola já merece um outro olhar de quem governa”. Em sua opinião, “o governo tem de optar por modelos de decisão que incluem maior participação dos cidadãos e mais transparentes e fiscalização dos seus actos”.

I.P. centrou a sua análise no sector da educação considerando que “o país precisa pensar, urgentemente, num modelo de educação que torna as pessoas úteis para a sociedade” sendo necessário “pensar num modelo de educação que liberta e emancipa as famílias e cria a consciência patriótica da preservação cultural, ambiental e do património público”. Referiu ainda que “a educação voltada para o desenvolvimento está condicionada a qualidade dos profissionais que actuam no sector” e “que há diferenças entre o ensino particular e o público, mas é responsabilidade do Estado, a gestão e definição do ensino primário, que é o alicerce de todo o sistema de ensino”.

B.S., afirmou que “o modelo de governação centralizado já não funciona e nem permite a construção de uma verdadeira democracia” e que “a única forma que temos de aproximação entre as demandas locais e o poder político é com a descentralização”. Do seu ponto de vista, “Luanda continua a ser a porta de partida para a gestão do país pelo que isso gera transtornos para o país todo e inibe a possibilidade de uma exploração mais sustentada dos recursos

produtivos locais”,

B.C. sustentou que “se os recursos públicos tivessem sido bem distribuídos, não teríamos razões de queixa... o governo desperdiçou volumes financeiros decorrentes da alta do petróleo e não priorizou a diversificação da economia”, enfatizando que “sem um combate à corrupção a sério, as políticas públicas e os principais planos de governação serão utópicos”.

1.1.6. Comentários dos internautas às Webinars (Facebook)

A análise, breve e sintética, dos comentários efectuados pelos internautas às Webinars segue a mesma lógica de análise aplicada no ponto anterior.

- **Efeitos sobre os indivíduos**

Neste item sobressaíram os comentários explicativos da dificuldade de uma grande parte dos cidadãos cumprirem as disposições do confinamento social, de que são exemplo: “Acredito que em Angola há um conjunto de factores socioeconómicos que influenciam directamente o comportamento das pessoas. Um dos maiores factores económicos é o facto de maior parte da população angolana viver do informalismo.

Por outro lado existe uma crença da parte dos mais velhos e alguns jovens pouco instruídos que acreditam ser imunes ao vírus ou que se forem contagiados um conjunto de ervas e tratamentos tradicionais poderiam se livrar do vírus” (internauta A); “É difícil manter as pessoas em confinamento durante muito tempo...o desespero começa a vir ao de cima e às tantas o medo de morrer desaparece por completo. Se as pessoas, ainda por cima têm dificuldade de subsistência, a "coisa" piora. Mas, nos grandes aglomerados urbanos, o confinamento é essencial para "matar" o vírus "in loco", impedindo o seu alastramento. Essencial lavar as mãos e nunca levar as mãos à cara (olhos/nariz/boca)” (internauta B); “Os pesquisadores das ciências humanas, dizem que em momentos de crise, revolução e de pandemias, o comportamento humano revela os histéricos (que pensam que tudo vai acabar), os negacionistas (acham que nada os vai atingir...negam-se a aceitar a situação) e os optimistas

(onde os empreendedores podem descobrir oportunidades)...portanto, essas desobediências às regras, são independentes das latitudes...vamos tentar ser o mais otimistas possíveis e observadores capazes de identificar as ditas oportunidades...enquanto uns choram, outros aproveitam a fabricar” (internauta C).

Mudanças no modo de ocupação individual do tempo foram também referenciadas: “Graças ao confinamento consegui ler 3 livros com mais na íntegra, apenas contando a leitura de lazer. Bati todos os meus records” (internauta D); “Mudou sim alguma coisa na rotina, continuo professora, dando aulas aos meus filhos, fazendo exercícios físicos logo pela manhã e o resto é resto muita leitura, séries e filmes!!!” (internauta E).

Bem como os efeitos psicológicos que o confinamento induziu: “Eu estou cansada desse confinamento!” (internauta F); “Já estou há mais de 2 meses confinada, embora tenha formatado a mente a isso, ultimamente tenho tido bloqueio e vivido o tédio do confinamento” (internauta G).

- **Efeitos sobre as famílias**

Maioritariamente os internautas referiram efeitos positivos do confinamento sobre a vida familiar: “proporcionou a liberdade de estar mais perto da família” (internet H); “a família ficou mais próxima da escola, dos filhos e eu aprendi a cozinhar. E pude neste momento ser esposa, mãe, professora, dona de casa, olhar para mim e me distanciar um pouco da internet” (internauta I).

Não obstante existirem perspectivas diferenciadas, nomeadamente a do internauta J, para quem “a verdade é que este confinamento está a mostrar-nos que chega um ponto da vida em que a nossa zona de conforto passa a ser o local de trabalho, sem desprimor à família”.

Bem como ideias sobre como fazer as famílias respeitar o confinamento: “Infelizmente, dado o contexto, penso ser difícil criar condições de imposições que obriguem as famílias a ficar em casa. O que deve se fazer é aumentar a questão da moralização das pessoas no sentido de se cuidarem e aumentar-se as medidas de uso obrigatório de máscaras, lavagem das mãos e distanciamento mínimo aceitável (internauta K).

- **Efeitos sobre a sociedade**

OS grandes défices da sociedade angolana para fazer face à pandemia foram postos em evidência: “se há algo que a Covid-19 trouxe a descoberto, são as vulnerabilidades de cada sociedade (tudo realidades há muito conhecidas) (internauta L); “a maioria ainda não tem internet e isso faz que esse tipo de informação não chegue a 50%. As infra-estruturas, educação e saúde, que são muito frágeis, representam grandes instrumentos para enfrentar qualquer problema” (internauta M); “Há colégios e Universidades com condições mas ainda assim a quantidade de alunos com acesso a internet com qualidade e em quantidade ainda é muito reduzido” (internauta N).

Do mesmo modo que foram equacionadas as prioridades a ter em conta: “Numa fase em que estamos perante uma pandemia, não penso que seja prioritário discutirmos sobre impostos, enquanto temos questões sociais mais importantes por se resolver” (internauta O).

- **Efeitos sobre o Estado**

Na dimensão política, as dinâmicas económicas internacionais, regionais e locais foram objecto de diversos comentários: “O mundo está numa encruzilhada entre a abundância de fontes de energia de combustão e a obrigação de mudar o paradigma para energias renováveis. É mais uma questão de política do que de economia!” (internauta P); “Basicamente, o petróleo continua a ser um cálice envenenado para alguns países produtores, principalmente os africanos, onde o petróleo e seus preços altos e baixos, não representam prosperidade para os seus cidadãos” (internauta Q); “Os países mais desenvolvidos/ocidentais debatem sobre o financiamento das PME via financiamento bancário com garantia soberana. Outras economias estão focadas na distribuição de alimentos. Cada uma em função da estrutura da sua economia arranja uma forma diferente de distribuir a renda. Mesmas consequências mas soluções diferentes” (internauta R).

O papel do Estado no contexto da pandemia foi avaliado positivamente face à resposta do sector privado: “A covid-19 veio confirmar a crítica ao neoliberalismo quanto ao papel do estado na provisão de serviços. O estado, por mais pequeno que seja, será sempre chamado a prestar serviços aos cidadãos. O sector privado nessa hora da pandemia auto-excluiu-se!” (internauta S).

Mas a parte mais significativa do interesse dos internautas centrou-se no tema das políticas públicas em Angola: “Em Angola temos muita dificuldade de fazer diagnósticos e de avaliar os resultados de uma política pública” (internauta T); “Infelizmente em Angola não há o seguimento do ciclo de uma política pública! Mas a implementação de qualquer política pública devia ser um processo em que a política escrita é transformada em acções que fazem diferença (positiva ou negativa) na vida das pessoas. E este processo tem cadeias de causas e efeitos, que são complexos em termos de interesses de grupos diferentes (internauta U); “Por cá, um único actor define a agenda, a sua formulação, execução e, pior, sem monitoramento. Portanto, há cá, problemas muito sérios que devem ser analisados e enfrentados se quisermos perceber a causa da ineficácia das políticas públicas em Angola. A falta de prestação de contas, seja vertical, seja horizontal é algo a ter em conta.

A inexistência de actores relevantes, capazes de barganhar com o governo é outro mal a enfrentar” (internauta V; “O diálogo concertado e interdisciplinar é a chave do sucesso da execução de políticas públicas que partem de baixo para cima! O pós-covid- 19 exigirá isso mesmo e só assim que se alcançará às expectativas das pessoas!” (internauta W).

CONCLUSÕES

Os dados revelados e discutidos nessa pesquisa, apesar de terem sido colectados em 16 das 18 províncias do país e em diversificados segmentos da população, apresentam como principal limitação a conveniência da amostra, que ficou sujeita ao enviesamento da selecção, na qual se constatou uma peso relativo maioritário na amostra dos indivíduos de maior escolaridade, residentes na área urbana, face aos indivíduos de menor escolaridade e residentes em áreas peri-urbanas e rurais. Pelo que os resultados apurados não são representativos do comportamento da população angolana como um todo, mas apenas do universo amostrado. Apesar desta limitação, os dados apurados apontam tendências e pistas sobre as quais vale a pena reflectir e continuar a explorar.

No dia 21 de março de 2020, foram anunciados os primeiros dois casos de Covid-19, a doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, em Angola.

Como medida necessária e urgente ao controlo da propagação da pandemia causada pelo vírus COVID-19 em Angola, o estado de emergência iniciou-se em Angola às 00h00m do dia 27 de Março de 2020, ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 81/20, de 25 de Março. Por força de três prorrogações – a primeira pelo Decreto Presidencial n.º 97/20, de 9 de Abril, a segunda pelo Decreto Presidencial n.º 120/20, de 24 de Abril e a terceira pelo Decreto Presidencial 128/20, de 8 de Maio – o estado de emergência prolongou-se até às 23h59m do dia 25 de Maio, tendo cessado a partir desse momento.

A partir daí passou vigorar o estado de calamidade pública, decretado pelo Presidente da República através do Decreto Presidencial n.º 142/20, de 25 de Maio.

Em 18 de Junho de 2020 os registos estatísticos do Covid-19 em Angola, anunciados pelo Secretário de Estado da Saúde Pública, eram os seguintes: Confirmados (155); Recuperados (64); Mortes (6). Em 19 de Julho de 2020, esses registos estatísticos tinham sofrido a seguinte evolução: Confirmados (705); Recuperados (221); Mortes (29).

O objectivo do presente trabalho foi obter o melhor entendimento possível sobre como a estratégia de isolamento social foi percebida e apropriada pela sociedade, pelos angolanos, bem como alguns dos efeitos económicos e sociais dessa

estratégia na vida das pessoas.

Pretendeu-se perceber como os efeitos do isolamento se reflectem nos diversos segmentos da sociedade, em função de variáveis como o sexo, a idade, a escolaridade, o estado civil, a área de residência, entre outras. A pesquisa visou identificar algumas relações entre variáveis que podem eventualmente contribuir para uma melhor informação subjacente às diferentes estratégias que os responsáveis venham a adoptar para diferentes para distintos públicos.

Sendo uma das principais consequências do confinamento uma redução substancial da presença e circulação de pessoas nas ruas e espaços públicos colectivos, os dados apurados pela pesquisa revelam que uma maioria muito significativa dos respondentes correspondeu às solicitações das autoridades, fazendo um esforço por acatar as orientações de isolamento e apropriando-se das medidas de prevenção individuais e colectivas, validando a estratégia do isolamento social como eficaz para evitar o colapso na assistência hospitalar e a redução do número de vítimas da COVID-19.

Com base na análise dos dados apurados no inquérito on-line, de forma mais aprofundada, através do cruzamento das variáveis analisadas com as variáveis sociodemográficas, e na sua triangulação com os elementos informativos provenientes das webinars e dos comentários efectuados pelos internautas, é possível, desde já, fixar alguns elementos para reflexão:

- Um forte impulso à presença do digital no quotidiano, com a aceleração da apropriação “forçada” pelo confinamento da tecnologia e das suas ferramentas, com carácter transversal às diferentes dimensões da vida social (no trabalho, no ensino, na comunicação, no lazer, no consumo, nas interações pessoais); Com o confinamento o uso mais generalizado de tecnologia nos pagamentos on-line intensificou-se;
- Tal como a prestação de serviços teve que se adaptar a novas circunstâncias e a novas exigências do mercado, com maior peso relativo das novas tecnologias de pagamentos e encomendas on-line, e consequentes potenciais efeitos sobre os níveis de emprego e mudança dos seus perfis, cada vez mais exigentes em conhecimento, educação e formação.

- Novas percepções sobre o trabalho e o modo de o executar (bem evidente, nas vantagens e desvantagens do teletrabalho), sobre a habitação e as formas do seu usufruto e mudanças significativas no racional de arbitragem de ocupação do tempo individual e colectivo; a substituição do trabalho pela tecnologia começou a sofrer uma aceleração, pelo menos em alguns segmentos de actividade (por exemplo, o modelo clássico de educação começou a ser repensado e a abrir algum espaço, embora tímido, para uma nova visão, novos processos e novas ferramentas), como resultado das medidas de confinamento social e teletrabalho.
- Reconfigurações das relações familiares e sociais, das expressões afectivas e dos modos de convivalidade, associadas ao imperativo de distanciamento físico; implicações sobre as relações de género associadas a uma atitude mais cooperativa em relação às actividades domésticas; tensões entre a maior proximidade resultante de mais tempo partilhado em comum e o isolamento gerado pela crescente omnipresença dos gadgets tecnológicos; o incremento “forçado” do relacionamento inter-familiar pode constituir-se como uma fonte de conflitos potencialmente desagregadores das famílias.
- A revalorização da saúde (associada entre outros factores à redução do número de horas de trabalho, a uma maior integração na comunidade familiar, a uma menor pressão psicológica nas deslocações para e do local de trabalho e no próprio local de trabalho), como variável central da qualidade de vida, potencialmente correlacionada com alguma reformulação de valores e mentalidades no sentido de uma maior consciência de interdependência e responsabilidade comunitária e de percepções sobre o papel dos actores e das instituições (nomeadamente o papel do Estado); em sentido contrário, os efeitos perversos do confinamento, sobre o equilíbrio psicológico dos indivíduos, uma vez que nem todos têm iguais competências para lidar com o stress e com os novos problemas colocados pelo isolamento.
- Um forte impacto em alguns sectores da economia, nomeadamente a aviação civil, o turismo, a restauração, o imobiliário, entre outros, e na estrutura produtiva e empresarial em geral, pelos constrangimentos

directos colocados pela pandemia e pelo isolamento social necessário para evitar a sua propagação.

- A fragilidade e reduzida amplitude das medidas de suporte ao tecido empresarial, sobretudo às pequenas e médias empresas, com efeitos mediatos sobre o licenciamento de trabalhadores e de incremento das já elevadas taxas de desemprego, quer da população em geral quer principalmente dos jovens.
- A pressão sobre os segmentos populacionais integrados na economia informal, directamente afectados pelas medidas associadas ao confinamento, particularmente os comerciantes dos mercados, os ambulantes, os prestadores de serviços, os operadores de transportes de passageiros, com reflexos sobre a sua capacidade de geração de rendimentos e sem que em contrapartida medidas específicas de apoio à preservação das actividades e a segurança social dos actores tenha sido accionada.
- O expectável aumento, com carácter mais transversal, dos níveis de vulnerabilidade e de pobreza da população numa estrutura social marcada pela escassez e inoperância das redes institucionais de protecção social.
- Devido a uma maior pressão dos efeitos da pandemia sobre as camadas mais vulneráveis da população, e outros segmentos, como por exemplo estudantes e pessoas que ficaram em casa durante o confinamento, que não fazendo parte do grupo mais pobre, ainda assim são vulneráveis, é expectável uma maior resiliência da mesma consubstanciada na criação de formas de empreendedorismo, como por exemplo, na fabricação de máscaras faciais artesanais e sua comercialização ou no incremento exponencial de pequenos negócios online, nomeadamente ligados à confecção de alimentos, à venda de roupa, entre outros.

Tratando-se de uma primeira incursão pela temática, fica-nos a convicção de que a relevância, a pertinência e actualidade do conhecimento gerado por esta pesquisa sobre os efeitos económicos e sociais do confinamento social em Angola poderá constituir um estímulo adicional para uma crescente produção académica angolana sobre a pandemia Covid-19, nas suas mais diversas perspectivas.

BIBLIOGRAFIA

- CARRARA, Sérgio 2020: As Ciências Humanas e Sociais entre Múltiplas Epidemias, in Psysis – Revista de Saúde Colectiva, vol.30, pp.?
- DEJOURS, C. (2002). O fator humano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas
- DESCLAUX, Alice e ANOKO, Julienne 2017: L´anthropologie Engagé dans la Lutte Contre Ebola (2014-2016): approches, contributions et nouvelles quesstions, in Santé Publique, Vol.29, Nº 4, pp. 477-485
- GOFFMAN, E. (1987). Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva
- GRISOTTI, Márcia 2020: Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais, in Psysis – Revista de Saúde Colectiva, vol.30, pp.?
- INSTITUTO Nacional de Estatística 2016: Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola, Luanda: INE
- JASPARS, J.M.F. & Fraser, C. (1984). Attitudes and social representations. In R.M. Farr & S. Moscovici (Eds) Social Representations- (pp.101-123). Cambridge: Cambridge University Press
- LIMA, Claudio M. A. de Oliveira 2020: Informações sobre o Novo Coronavírus (COVID -19), in Radiol Bras, Vol.53, nº 2, pp. 1-4
- LOPES, C. (2020). A pandemia COVID-19, as implicações do Estado de Emergência e os efeitos imediatos sobre actividades informais em Angola: uma leitura preliminar. <https://www.economiaemercado.co.ao/artigo/covid-19-as-implicacoes-do-estado-de-emergencia-e-os-efeitos-imediatos-sobre-actividades-informais-em-angola>
- LOPES, Carlos M. 2014: A Economia Informal em Angola: breve panorâmica, in RAS-Revista Angolana de Sociologia, Nº 14, pp. 61-75
- POTTER, J. e Edwards, D. (1999). Social representations and discursive psychology. Culture & Psychology, 5, pp.445-456.
- REZENDE, Joffre Marcondes de 1998: Epidemia, Endemia, Pandemia, Epidemiologia, in Linguagem Médica, Vol.27, pp.153-155
- SALLES, D. (2009). “Representações do trabalho: um estudo sobre o regime de Confinamento na indústria petrolífera”. Tese de Doutoramento em Administração. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Fundação Getulio Vargas
- SANTOS, Boaventura de Sousa 2020: A cruel Pedagogia do Vírus, Coimbra: Almedina.

Relatórios

ACCENTURE (2020). How COVID-19 will permanently change consumer behavior.

CEIC (2020). COVID-19: impactos económicos e sociais em Angola. Contribuição para o debate.

CEPAL (2020). América Latina y el Caribe ante la pandemia del COVID-19. Efectos económicos y sociales. Informe especial COVID19 nº1.

ICES/ISCTE (2020). O Impacto Social da Pandemia. Estudo ICS/ISCTE Covid 19. Lisboa.

IRI-BCG (2020). Covid19 impact: consumer spending tracker for measured channels.

PNUD (2020). Potencial impacto socioeconómico da oandemia Covid19 em Angola: uma análise sintética.

A1 – Questionário do inquérito

6/22/2020 - Inquérito - Efeitos Sociais do Confinamento Social

Inquérito - Efeitos Sociais do Confinamento Social

Este inquérito é promovido por Pesquisadores do CEJES - UAN e do CICSA-ISPTEC e tem como objectivo efectuar uma primeira leitura das mudanças impostas, aos diferentes níveis, nos comportamentos e práticas sociais dos actores sociais, pelo imperativo de confinamento e distanciamento social resultante da declaração do Estado de Emergência em Angola, cumpridas que estão 3 semanas sobre o seu início.

***Obrigatório**

DADOS IDENTITÁRIOS

1. Sexo *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

2. Idade *

Marcar apenas uma oval.

18 -24

25-34

35-44

45-54

55 anos e mais

https://docs.google.com/forms/d/1Dbzymh9r9v8EhdH_LqejnCdzT5l1b7WW1QXYtDuTnu8/edit

1/12

/22/2020

Inquérito - Efeitos Sociais do Confinamento Social

3. Escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

Ensino Primário (1ª à 6ª Classe)

I Ciclo (7ª à 9ª Classe)

II Ciclo (10ª à 13ª Classe)

Frequência Universitária

Licenciatura

Outra: _____

4. Religião
Marcar apenas uma oval.

- Islâmica
- Judaica
- Protestante - Cristã
- Católica - Cristã
- Sem religião
- Outra: _____

5. Estado Civil *

Marcar apenas uma oval.

- Solteiro
- União de facto
- Casado
- Separado
- Divorciado
- Viúvo
- Outra: _____

6. Tamanho do Agregado *

Marcar apenas uma oval.

- 1-3
- 4-6
- 7-9
- +10

7. Província de Residência *

Marcar apenas uma oval.

- Bengo
- Benguela
- Bié
- Cabinda
- Cuando-Cubango
- Cunene
- Huambo
- Huíla
- Kwanza Sul
- Kwanza Norte
- Luanda
- Lunda Norte
- Lunda Sul
- Malanje
- Moxico
- Namibe Uíge
- Zaire

8. Naturalidade

9. Localidade de Residência

10. Áreas de Residência
Marcar apenas uma oval.

Urbana

Periurbana

Rural

ACTIVIDADE /TRABALHO

11. 1- Qual é o sector em que trabalha? *

Marcar tudo o que for aplicável.

Sector Público

Sector Privado

Sector Social

Outra:

12. 2- De acordo com o Estado de Emergência, como classifica a sua actividade? *

Marcar tudo o que for aplicável.

Actividade Essenciais

Não autorizada

13. 3- Qual é a sua actividade? *

Marcar apenas uma oval.

Actividade Profissional

Actividade Estudantil

Outra:

14. 4- Houve mudanças, na sua actividade, em relação à situação anterior ao Estado de Emergência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Indiferente

15. 5- Como exerce a sua actividade? *

Marcar apenas uma oval.

Presencial

Por turnos

À distância

16. 6- Tem estado a cumprir com as medidas de prevenção (regras de distanciamento social e de higiene) impostas pelas entidades governamentais?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

PRÁTICAS DE CONSUMO

17. 7- Houve mudanças, nas práticas de consumo, em relação à situação anterior ao Estado de Emergência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Indiferente

https://docs.google.com/forms/d/1Dbzymh9r9v8EhdH_LqejnCdzT51b7WW1QXYtDuTnu8/edit

6/22/2020

Inquérito - Efeitos Sociais do Confinamento Social

5/12

18. 8- Houve menor frequência de deslocações para aquisição de bens e serviços?

*

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

19. 9- No acto das compras, tem cumprido com as regras de distanciamento social e de higiene e prevenção? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

20. 10- Houve redução das despesas na aquisição de bens e serviços? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

21. 11- Adquiriu maiores quantidades em cada deslocação aos supermercados? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Indiferente

https://docs.google.com/forms/d/1Dbzymh9r9v8EhdH_LqejnCdzT5l1b7WW1QXYtDuTnu8/edit

6/12

/22/2020

Inquérito - Efeitos Sociais do Confinamento Social

22. 12- Houve afectação dos recursos a bens essenciais (alimentares, higiene, saúde, etc.)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

23. 13- Teve necessidade de alterar os lugares habituais de abastecimento? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

OCUPAÇÃO DO TEMPO

24. 14- Houve mudança, em termos de ocupação do tempo, em relação à situação anterior ao Estado de Emergência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

https://docs.google.com/forms/d/1Dbzymh9r9v8EhdH_LqejnCdzT5l1b7WW1QXYtDuTnu8/edit

7/12

25. 15- Houve maior tempo de dedicação nas seguintes actividades: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não
Actividade profissional:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actividade Estudantil:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actividades Domésticas:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Aquisição de bens e serviços:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lazer e entretenimento:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Actividade Desportiva :	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Comunicação com familiares e amigos:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Prestar apoio aos familiares:	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

RELAÇÕES SOCIAIS E FAMILIARES

26. 16- Houve mudanças, em termos de relações sociais e familiares, em relação à situação anterior ao Estado de Emergência? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Indiferente

27. 17- Tem havido cumprimento das regras de distanciamento social e de higiene e prevenção? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

28. 18- Tem feito maior recurso às tecnologias de comunicação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim

Não

Indiferente

29. 19- Houve maior investimento no conhecimento das necessidades dos familiares e amigos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

30. 20- Tem despendido mais tempo em actividades lúdicas com os familiares? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Indiferente

31. 21- Tem havido maior partilha das tarefas domésticas? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Indiferente

RELAÇÕES COM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

https://docs.google.com/forms/d/1Dbzymh9r9v8EhdH_LqejnCdzT511b7WW1QXYtDuTnu8/edit

9/12

6/22/2020

Inquérito - Efeitos Sociais do Confinamento Social

32. 22- Houve mudanças, ao nível das relações com instituições públicas, em relação à situação anterior ao Estado de Emergência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

33. 23- Fez menor uso dos serviços públicos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

34. 24- Tem feito uso dos suportes digitais disponibilizados? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

ACESSO À INFORMAÇÃO

35. 5- Houve mudança, ao nível de acesso à informação, em relação à situação anterior ao Estado de Emergência? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

https://docs.google.com/forms/d/1Dbzymh9r9v8EhdH_LqejnCdzT5l1b7WW1QXYtDuTnu8/edit

10/12

/22/2020

Inquérito - Efeitos Sociais do Confinamento Social

36. 26- Procurou mais informação específica sobre a pandemia? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

37. 27- Procurou mais informação de carácter geral? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

38. 28- Fez mais uso dos meios de comunicação convencionais (rádio, televisão)? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

39. 29- Fez mais uso dos portais informativos? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

40. 30- Fez mais uso das redes sociais? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

CUMPRIMENTO DE RESTRIÇÕES DE MOBILIDADE / ACTIVIDADE

https://docs.google.com/forms/d/1Dbzymh9r9v8EhdH_LqejnCdzT5l1b7WW1QXYtDuTnu8/edit

11/12

41. 31- Tem cumprido rigorosamente as restrições de mobilidade? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

42. 32- Tem cumprido parcialmente as restrições de mobilidade? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

43. 33- Sobre comportamentos de higiene e prevenção, tem: *

Marcar tudo o que for aplicável.

		Sim	Não
Tem feito uso de álcool gel?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem feito a higienização frequente das mãos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem feito uso de máscaras faciais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem feito desinfecções nos objectos de uso corrente (pcs,, tablets,, telemóveis,, óculos,, etc)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
		vezes	Algumas

A2 – Grelha de Identificação dos convidados das Webinars

DIA	NOME	BREVE DESCRIÇÃO DO PERFIL	PALAVRAS-CHAVE:
26.04.2020	Dra. Kâmia Madeira KM	Especializada em História; Colunista do Jornal O País e com intervenções social e política e Rádio e TV; Assume um cargo de gestão na área de Responsabilidade Civil da Academia BAI.	EFETOS SOCIAIS E ECONÓMICOS DO CONFINAMENTO SOCIAL
27.04.2020	Prof. Doutor José Octávio S. Van-Dúnem JOSVD	Professor Catedrático da UAN; Director do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Sociais da UAN	EFETOS SOCIAIS E ECONÓMICOS DO CONFINAMENTO SOCIAL
28.04.2020	Dr. Alexandre Ernesto AE	Especialização em Macroeconomia; Professor e Chefe de Dept ^o de Economia no ISPTEC	RECESSÃO ECONÓMICA: “ENTRE INCERTEZAS, EXPECTATIVAS E DESAFIOS”
29.04.2020	Dr. Sérgio Calundungo SC	Especialização em Economia do Desenvolvimento; Director do OPSA	POBREZA & DESENVOLVIMENTO: “ENTRE DÚVIDAS E CERTEZAS”
30.04.2020	Dra. Noelma Viegas D'Abreu NVA	Especialização em Psicologia Clínica; Presidente da Comissão Executiva da Academia BAI	CAPITAL HUMANO INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: “O CONTEXTO E OS DESAFIOS DO FUTURO”

01.05.2020	Dr. Sílvio Costa SIC	Especialização em Direito e Empreendedorismo; Professor e gestor na UCAN	EMPREENDEADORISMO, NEGÓCIOS E OPORTUNIDADES"
05.05.2020	Doutor Flávio Inocêncio FI	Especialização em Leadership and Management - Oxford; Professor na Nova de Lisboa	RECURSOS ENERGÉTICOS E DESAFIOS DO FUTUROS
06.05.2020	Dra. Kátia Gabriel KG	Especialista em Química Professora no ISPTec	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA LABORATORIAL TECNOLOGIAS PRODUTIVAS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
07.05.2020	Doutor Isaac Paxe IP	Especialista em Educação; Director Nacional de Formação de Quadros do MED	PROCESSOS EDUCATIVOS, INCLUSÃO DIGITAL E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS"
11.05.2020	Dr. Belisário Alexandre Dos Santos BS	Especialista em Políticas Públicas e Administração Pública Funcionário Sénior da Administração do Estado	EFICIÊNCIA GOVERNATIVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E REFORMAS

12.05. 2020	Dra. Kátia Gabriel Dra. Bebiana Pinheiro KG & BP	Dra. Bebiana – Especialização em Psicologia Organizacional Professora no ISPTEC	CONFINAMENTO SOCIAL. RESILIÊNCIA E - CIDADANIA
15.05. 2020	Dom Belmiro Chissengueti BCH	Bispo Católico da Diocese de Cabinda; Escuteiro e Activista social.	ÉTICA, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO"

A3 – Grelha temática dos resultados das Webinars

Entrevistado	Principais apports (sobre os efeitos económicos e sociais do confinamento social)
Dra. Kâmia Madeira	<p>O comportamento individual pode condicionar ou influenciar a expansão da doença;</p> <p>O nível de domínio da informação sobre a pandemia explica as incertezas e/ou expectativas em relação ao futuro novo normal;</p> <p>Há medo da perda do emprego formal ou informal com o prolongar do Estado de Emergência.</p> <p>Há fortes expectativas na mudança comportamental com possibilidades de voltarmos a ser mais humanos e solidários</p> <p>A pobreza tem obrigado as famílias a violarem os critérios de biossegurança na luta pela sobrevivência;</p> <p>Há um certo desacreditar dos efeitos da doença por inerência da pouca informação existente;</p> <p>As famílias são obrigadas a criar planos de actividades para diminuição do <i>stress</i>;</p> <p>O controlo da utilização de recursos tecnológicos pode tornar a família mais unida;</p> <p>Há registos, na generalidade, do aumento de violência doméstica, o que pode denunciar consequência do pouco convívio entre os membros da mesma família;</p> <p>As organizações da sociedade civil são chamadas a prática da solidariedade;</p> <p>A responsabilidade social das organizações lucrativas está condicionada a lei do mecenato;</p> <p>Há claras evidências sobre a ausência de infra-estruturas básicas sociais nas comunidades periféricas aos centros urbanos;</p> <p>A pandemia destapou a ineficiência das políticas públicas;</p> <p>A constante ausência de autoridade sobre o rigor do Estado de Emergência é fruto do reconhecimento do Estado sobre as suas falhas;</p> <p>A forma de comunicar da autoridade sanitária tem de ser mais transparente;</p> <p>Observam-se eventos de pouca confiança nas informações estatísticas oficiais sobre a covid-19.</p>

Prof. Doutor José
Octávio S. Van-
Dúnem

Há uma disputa entre a liberdade, enquanto direito adquirido e a necessidade de confinamento social, para controlo da pandemia;

A cultura de leitura, a curiosidade na descoberta do novo, a vontade de crescer... pode fazer com que os indivíduos leiam mais e aprendam mais;

Não há mudanças colectivas, se cada indivíduo não for capaz de gerar autoconhecimento e mudar as suas atitudes;

As condições económicas das famílias não permitem que elas cumpram na íntegra, os critérios do estado de emergência;

Grande parte das famílias angolanas dependem do mercado informal para a sua sobrevivência, logo, são obrigados a violarem o estado de emergência;

Famílias com melhores condições acumularam mantimentos para suportar a pandemia;

As zonas suburbanas e rurais têm graves problemas com o acesso a água e detergente... o que condiciona a prática de biossegurança

As universidades, centros de estudo e pesquisa e os cientistas de modo geral, são chamados a sistematização do conhecimento para bem da humanidade;

Necessidade da interdisciplinaridade na compreensão da pandemia para se buscar por soluções mais sustentadas;

Durante muitos anos foram ignorados os mecanismos de protecção social e, por isso, as famílias pobres têm grandes dificuldades de enfrentar a crise

A Pandemia vai obrigar o aprofundamento da Democracia e das liberdades

A pandemia tem estado a exigir que o governo angolano se restructure e se adapte ao contexto;

É preciso reestruturar a forma como as políticas públicas são concebidas e executadas;

É preciso mudar a forma como o conceito da economia informal tem sido abordado;

Africa e em particular Angola têm potencial económico e social para saírem na linha da frente para o crescimento económico;

Há muita pouca falta de vontade do Estado... nos diálogos com as universidades e centros de pesquisa.

Dr. Alexandre
Ernesto

A pandemia vai obrigar a que os profissionais dêem mais de si para conquistarem simpatias dos seus patrões;

Há muita gente no desemprego e com pouca certeza sobre o mercado, dado a crise

Enquanto seres humanos temos que nos reinventar

A pandemia trouxe a descoberto as deficiências sociais e económicas do País;

É preciso elevar o nível tecnocrático da Administração Pública;

A valorização urgente das estatísticas e de sistemas de manipulação de dados numéricos, nos processos de tomada de decisão

Se é para ter um Estado interventivo, então, que seja para fazer o bem. Fazer o bem é investir nas despesas de capital.

Ainda vamos viver um período longo de aspectos por incapacidade governativa em realizar projectos com efeitos sobre a melhoria de negócios e de mobilização do investimento estrangeiro.

É urgente o aumento da capacidade dos sistemas de saúde e a melhoria dos sistemas de protecção social

É preciso definir com clareza, que capitalismo queremos e adaptar as escolhas públicas ao verdadeiro interesse das famílias.

O desenvolvimento económico exige tempo de reestruturação e não se compadece com acções de curto prazo;

Existe forte probabilidades de acontecer um caos para a economia real resultante da pouca eficiência das políticas públicas no passado

Há uma pressão sobre o poder político por causa da contradição entre a necessidade da economia reagir e as exigências do confinamento.

Dr. Sérgio
Calundungo

A pobreza em Angola já merece um outro olhar de quem governa;

A pobreza limita a boa vontade das famílias em cumprirem, com rigor, os princípios do Estado de Emergência;

O limitado acesso aos bens de utilidade pública (água, energia, capacidade de compra de sabão e dificuldades com a cesta básica), na contrapartida da inexistência de infra-estruturas sociais na periferia, com a agravante das zonas rurais, agrava a condição de pobreza das famílias fora dos grandes centros urbanos;

O encerramento das escolas não pode ser compensado com o uso de tecnologias por causa da elevada taxa de info-exclusão;

As zonas rurais e periurbanas vivem uma pobreza multidimensional:

As famílias angolanas vivem as consequências de decisão não tomadas no passado;

O governo tem de optar por modelos de decisão que incluem maior participação dos cidadãos e mais transparentes e fiscalização dos seus actos.

A nossa sociedade é tão desigual que a covid-19 vai agravar o desemprego, a escassez de alimentos, a diminuição do poder de compra e os acessos aos serviços sociais básicos.

A covid-19 não pode ser desculpa para tudo.

Dra. Noelma Viegas
D'Abreu

O medo e a pouca informação mexe com a condição psicossocial das famílias;

Consequências como mortes, fechamento das fronteiras, a quarentena e o reforço pelo distanciamento social podem nos fazer sentir ainda mais medo;

Embora a ameaça seja real, o pânico e as emoções à flor da pele deixam a situação ainda pior.

As famílias ainda estão a aprender a gerir, a usufruir e a viver os prazeres impostos do Estado de Emergência; Há estatísticas que referem o aumento de casos de violência no seio das famílias. Tudo resulta da mudança repentina de paradigma e, também, a adaptação das famílias a uma rotina imposta e muito trabalhosa.

É natural que diferentes pessoas auguram mudança de atitudes, depois da pandemia. Os sonhos alimentam-nos muitas vezes, ajudam-nos a criar metas, podem ser importantes e saudáveis.

É importante aceitar o novo normal e tirar partido dele. As famílias têm de aprender a lidar com este convívio forçado em ambientes fechados.

Nestes termos, a Inteligência emocional com toda a sua abrangência pode ser uma solução. Manter-nos apreensivos e negar a situação só piora as coisas.

Os Adultos enquanto lutando com suas emoções, também precisamos ajudar a gerenciar as emoções e os sentimentos das crianças, pois, são reais e, como adultos, devemos respeitar e cuida-los.

<p>Dr. Sílvio Costa</p>	<p>Ao longo dos anos sem a actuação da pandemia, as famílias não foram potenciadas para o empreendedorismo, como forma de melhoria dos rendimentos das famílias;</p> <p>O nosso ensino não estimula a consciência crítica, pelo que a dependência do estado continua a ser a melhor opção para as famílias;</p> <p>Grande parte dos efeitos negativos do confinamento são explicados pelos níveis profundos de pobreza das famílias.</p> <p>Espera-se que as famílias saiam mais fortalecidas e com o imaginário aguçado para o empreendedorismo.</p> <p>As universidades e institutos são chamados a criar incubadoras de negócios para jovens estudantes... uma forma de geração de emprego e melhoria do rendimento das famílias.</p>
<p>Dr. Flávio Inocêncio</p>	<p>É preciso compreender a lógica do peso da Indústria Petrolífera na economia mundial;</p> <p>Na prática ela tem decrescido ao longo dos tempos por inerência da geração de recursos energéticos alternativos;</p> <p>Angola sofre consequências de não leitura da lógica do funcionamento do mercado internacional;</p> <p>Com o petróleo em baixa, diminuem-se todas as possibilidades de termos um estado mais efectivo: o Estado providência e que garante a protecção social efectiva;</p> <p>A questão do emprego eficiência dos recursos naturais disponíveis decorre da necessidade de estudos profundos sobre o que queremos e em quanto tempo queremos realizar tais projectos;</p> <p>Existem muitos exemplos em África que Angola pode adoptar como referência, no desenvolvimento de tecnologias produtivas e de recursos energéticos;</p> <p>Quer o nosso clima, quer o posicionamento geográfico, podem</p>

	<p>fazer de Angola um super Estado de referência em África;</p> <p>Não é possível falar-se em desenvolvimento sem a conversa entre a ciência e a política;</p> <p>As universidades e centros de estudo são as principais fontes de diálogo entre as ciências... numa mistura entre novas descobertas e pensamentos elaborados no passado;</p> <p>A miséria do povo angolano pode ser superada com a geração de emprego... tudo depende das decisões estratégicas a serem tomadas pelos políticos.</p>
Dra. Kátia Gabriel	<p>Durante longos anos, os estados preocuparam-se muito pouco com o financiamento a pesquisa e desenvolvimento;</p> <p>a falta de soluções médicas para a pandemia, contribuem para a instabilidade familiar;</p> <p>Há pouco investimento e, por isso, poucos eventos resultantes da relação entre as universidades e as comunidades em que estão inseridas, o que é mau para o desenvolvimento do país;</p> <p>As famílias precisam compreender que as soluções médicas não virão no curto prazo, pelo que terão que adaptar-se com o novo normal;</p> <p>As organizações terão que evoluir para sistemas de teletrabalho e outras formas de medir o desempenho dos seus trabalhadores;</p>
Doutor Isaac Paxe	<p>As famílias estão preocupadas com a formação de seus filhos, o que é completamente normal, mas é importante ter paciência e esperar por soluções políticas a volta da pandemia;</p> <p>Uma boa parte da rejeição das tele-aulas que o ministério controla, por via da TPA, decorrem da falta de hábito e da pouca paciência dos pais em fazer o devido acompanhamento;</p> <p>A pandemia também trouxe ao de cima, as insuficiências do</p>

	<p>nosso sistema de ensino.</p> <p>O país precisa pensar, urgentemente, num modelo de educação que torna as pessoas úteis para a sociedade;</p> <p>Claramente que há diferenças entre o ensino particular e o público, mas é responsabilidade do estado, a gestão e definição do ensino primário;</p> <p>A educação voltada para o desenvolvimento está condicionada a qualidade dos profissionais que actuam no sector;</p> <p>É preciso pensar num modelo de educação que liberta e emancipa as famílias e cria a consciência patriótica da preservação cultural, ambiental e do património público.</p>
<p>Dr. Belisário Alexandre Dos Santos</p>	<p>O modelo de governação centralizado já não funciona e nem permite a construção de uma verdadeira democracia;</p> <p>Luanda continua a ser a porta de partida para a gestão do país pelo que isso gera transtornos para o país todo e inibe a possibilidade de uma exploração mais sustentada dos recursos produtivos locais;</p> <p>Não pudemos deixar o debate sobre a descentralização na mão dos políticos... é necessário o envolvimento das famílias</p> <p>As famílias estão em crise económica e financeira e, as comunidades, estão em crise de liderança</p> <p>A única forma que temos de aproximação entre as demandas locais e o poder político é com a descentralização;</p> <p>O empoderamento das famílias vai garantir maior capacidade de fiscalização dos actos públicos e melhores resultados da governação.</p>

Dom
Belmiro
Chissengu
eti

As famílias estão cada vez mais pobres;

Há pouca informação sobre os impactos da pandemia no seio das comunidades e as poucas informações partilhadas, geram muitas dúvidas;

Por razões de gestão governativa, o governo sempre chamou para si o modelo de governação populista e, por causa disso, as famílias, na generalidade, não têm cultura do trabalho;

As famílias não guardaram riquezas para lidar com período de crises;

Se os recursos públicos tivessem sido bem distribuídos, não teríamos razões de queixa... o governo desperdiçou volumes financeiros decorrentes da alta do petróleo e não priorizou a diversificação da economia;

Com a baixa do petróleo, a pobreza piorou. Acrescida a pandemia, o país será uma total desgraça;

Há muita força de trabalho na rua e a ser sustentada por empregos precários decorrentes da economia informal. Tem de ser preocupação do estado a correcção do ambiente de negócio;

Sem um combate a corrupção a sério, as políticas públicas e os principais planos de governação serão utópicos;

Não se pode pedir a uma família de barriga vazia a cumprir a lei e a ordem. Principalmente num país de pouca transparência governativa;

Protecção social as famílias marginalizadas é função do estado. Logo, a distribuição de cestas básicas e de material de biossegurança não é negociável, se queremos ter, redução do contágio e, no final da pandemia, pessoas vivas.

Aceitar os conselhos da ciência e evitar aglomeração em igrejas e outros locais pública, significa prudência. É bíblico a obediência e o cumprimento do dever. Por isso, as igrejas e outras

organizações de base têm a responsabilidade mobilizar e capacitar as comunidades sobre o valor a vida e a necessidade de cumprimento obrigatório das regras de biossegurança.

A4 – Grelha temática dos resultados dos Comentários dos Internautas às Webinars

Entrevistado	Principais apports (sobre os efeitos económicos e sociais do confinamento social) (apresentação por tópicos)
Dra. Kâmia Madeira	<p>Como existem pessoas que conseguem se transformar em quanto estiverem confinados, existem mentes que funcionam igualmente, quando há cargas de trabalho.</p> <p>Poderíamos pensar na desigualdade individual, como sendo um factor fundamental para determinação da capacidade e transformação individual ou colectiva.</p> <p>A pandemia implica uma cidadania mais activa e ser-se bom cidadão, deveria ser espontâneo, mas a espontaneidade depende dos efeitos das políticas públicas implementadas pelo nosso sistema.</p> <p>Quanto aos actos de publicidade decorrentes dos actos de solidariedade... a nossa realidade demonstra que “aqui o pouco que é dado, até está a ser motivo de vaidades, levando TVs para mostrarem.”</p> <p>A solidariedade do governo é apenas para fazer campanha, assim como de outros partidos políticos.</p> <p>Nós em angola temos muita alergia a mudanças e a adaptação as alternativas as nossas realidades.</p> <p>Graças ao confinamento consegui ler 3 livros com mais na íntegra, apenas contando a leitura de lazer. Bati todos os meus records.</p> <p>Numa casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão. Problemas económicos de base do país contribuem para isso.</p>

	<p>As dificuldades económicas estão a desestruturar muitíssimas famílias.</p>
<p>Prof. Doutor José Octávio Serra Van-Dúnem</p>	<p>Também concordo com o Dr. Há uma esperança, e como jovens podemos contribuir de forma particular, dando o nosso melhor, sermos bons profissionais e nos auto-capacitarmos sempre.</p> <p>A economia informal é tão central que o Estado deveria olhar como uma oportunidade e não como um problema. Porque o seu potencial bem estruturado pode aumentar a economia das famílias e do país.</p> <p>Existe uma serie de iniciativas quer individuais e colectivas que devem ser aproveitadas e apoiadas a Nível das comunidades. É preciso melhorar as abordagens e os processos de implementação das políticas públicas.</p> <p>O diálogo concertado e interdisciplinar é a chave do sucesso da execução de políticas públicas que partem de baixo para cima! O pós- covid-19 exigirá isso mesmo e só assim que se alcançará às expectativas das pessoas!</p> <p>A covid-19 veio confirmar a crítica ao neoliberalismo quanto ao papel do estado na provisão de serviços. O estado, por mais pequeno que seja, será sempre chamado a prestar serviços aos cidadãos. O Sector privado nessa hora da pandemia auto-excluiu-se!</p> <p>Está pandemia vem mais uma vez mostrar ao Governo que o principal adversário dele com os cidadãos é justamente aquilo que eles sempre privaram de dar e apostar a "Educação de Qualidade" um cidadão educado é um problema a menos...</p> <p>Direitos humanos como Habitação, acesso a Água principalmente nas zonas periurbana a onde existem grandes aglomerados de população as políticas públicas deveriam dar uma melhor guarida e aproveitar o potencial que existe nestas</p>

	<p>zonas para provimento de serviços básicos.</p> <p>A participação deve ser estimulada através de processos educativos. As organizações cívicas devem aumentar a sua intervenção para aumentar a consciência cívica e política. De outro modo, a demanda pelos direitos será sempre incipiente. A Água e outros serviços básicos serão sempre olhados na perspectiva de favor.</p> <p>As políticas públicas não chegam ao cidadão por não serem inclusivas.</p> <p>É essencial que as políticas / as estratégias governativas / os discursos se adequem à nossa realidade. A sociedade civil tem a obrigação de assumir o seu papel (influyente) neste processo.</p> <p>Se há algo que a covid-19 trouxe a descoberto, são as vulnerabilidades de cada sociedade (tudo realidades há muito conhecidas).</p>
<p>Dr. Alexandre Ernesto</p>	<p>Pior do que não investir na diversificação da Economia, é nem sequer investir na própria Indústria Petrolífera.</p> <p>A maioria ainda não tem net e isso faz que esse tipo de informação não chegue a 50%. As infra-estruturas, educação e saúde representam grandes instrumentos para enfrentar qualquer problema.</p> <p>Numa fase em que estamos perante uma pandemia, não penso que seja prioritário discutirmos sobre impostos, enquanto temos questões sociais mais importantes por se resolver</p> <p>O principal problema em Angola é de política e de consciência política sobre que modelo acreditamos!</p> <p>Para acabar com a corrupção talvez só precisamos de uma INSTITUIÇÃO JUSTIÇA que funcione... Não adianta criar Leis/Regras, se não tens capacidades/coragem de punir pesadamente!</p> <p>Somos nós que devemos criar soluções ser produtivos, interventivos, empreendedores e inventivos!</p> <p>Aqui o indivíduo tem de fazer um esforço de auto-educação -</p>

não estão a passar valores cívico...

Somos maioritariamente pobres, esses impostos progressivos... Como vamos poupar pra empreender?

Cada geração tem a sua responsabilidade sim, mas atenção que deve haver processos mais pedagógicos de transição geracional de valores, princípios e valores! Quando olhamos para uma geração que não dá exemplos, que responsabilidades deveremos assumir se não fardos pesados!?

As disciplinas de Ética Profissional, nas Universidade em Angola, raramente existem, e quando existem são pouco creditadas, em geral.

Talvez andamos a nos desenvolver tecnicamente sem ética, e a ética pode trazer consigo o patriotismo.

Os países mais desenvolvidos/ocidentais debatem sobre o financiamento das PME via financiamento bancário com garantia soberana. Outras economias estão focadas na distribuição de alimentos. Cada uma em função da estrutura da sua economia arranja uma forma diferente de distribuir a renda. Mesmas consequências mas soluções diferentes.

Angola é um país rico e não se admite esta desgraça toda... tragam os dinheiros roubados e mudem as políticas de governação porque o Ruanda deu um pulo positivo e Angola também pode dar esse pulo político e económico... caso contrário vamos divagar e nada será feito... Angola precisa de mudanças profundas a todos os níveis.

Até temos bons quadros, e boas políticas. Aqueles que são indicados aos vários cargos públicos devem deixar de pensar em si mesmos, pois que, ao pensarem assim deitam para baixo toda uma confiança nela depositada... Entram a um determinado cargo, excelente quadro, mas prefere ser rotulado por burro, só porque ostenta, V8, casa em condomínios viagens, etc... Precisa-se de quadros isento e incorruptíveis e rigorosos, eis o sucesso das instituições.

**Dr. Sérgio
Calundungo**

Depois do Covid-19, também vamos ouvir os gastos astronómicos com apetrechamentos dos hospitais e outros.

Julgo que o grande problema é definir políticas para o inglês ver, ao invés de fazer políticas para o Estado cumprir com a sua finalidade, proporcionar o bem-estar social e económico às pessoas. Infelizmente!

Em Angola temos muita dificuldade de fazer diagnósticos e de avaliar os resultados de uma política pública.

Há colégios e Universidades com condições mas ainda assim a quantidade de alunos com acesso a internet com qualidade e em quantidade ainda é muito reduzido.

O problema é que a tecnocracia é subalternizada pela militância partidária. Esta é uma realidade que nem o famoso *slogan* de campanha, conseguiu corrigir caros Drs.

A natureza da pobreza me parece ser muito complexa e dinâmica. Vejam que enquanto há uma visão comum em combater a pobreza, no campo académico parece não haver consenso sobre o conceito de pobreza!

Está mais do que provado que países em que os recursos que o governo necessita para manter a máquina administrativa provêm das contribuições dos contribuintes tendem a ser mais transparentes e eficazes! A iniciativa do *open Budget* é muito boa.

A dimensão Monetária, caracterizada pela baixa renda; índices de desenvolvimento limitador; fraco poder de influência. Outras dimensões são as da Exclusão Social; Capacidade de acesso a serviços básicos como argumenta bem Amartya Sen.

Somos pobres porque não tivemos acesso aos mesmos direitos/ oportunidades de inclusão.

Sim é certo, é extraordinário este decreto. Existem muitos

países que realizam os orçamentos participativos não tem um decreto destes. Angola partiu na dianteira, pelo que sei a nível de África, Angola talvez seja o primeiro a fazê-lo antes de uma experiência prática sobre op. mas é aquilo que o Dr. Sérgio está dizer, o papel suporta tudo!

Isso que dizer a implementação da estratégia de combate à pobreza deve seguir diferentes metodologias por causa das diferentes definições sobre quem é afinal considerado POBRE? O exemplo dado pelo Sérgio sobre o criador de gado num dado contexto e latitude não é pobre, reforça esse exemplo.

Infelizmente em Angola não há o seguimento do ciclo de uma política pública! Mas a implementação de qualquer política pública devia ser um processo em que a política escrita é transformada em acções que fazem diferença (positiva ou negativa) na vida das pessoas. E este processo tem cadeias de causas e efeitos, que são complexos em termos de interesses de grupos diferentes.

As várias dimensões da pobreza devem ter diferentes implicações em termos de políticas públicas e metas. Isso quer dizer as estratégias nacionais de combate à pobreza não devem focar-se apenas numa ou duas dimensões (frequentemente olha-se mais para a dimensão monetária) mas de forma integrada e nas dinâmicas locais.

Mas também há outras dimensões transversais que têm alguma relação com a pobreza: Género (exclusão das mulheres e as vezes por factores culturais); Pessoas portadoras de deficiência (normalmente são excluídas de processos de decisões sobre assuntos locais e colectivos); Deslocados (em contextos de emergência muitas vezes estes grupos são simplesmente excluídos)!

Quero trazer a vossa reflexão e me poderem explicar, como o

confinamento viola a visão de Maslow, tendo em atenção os mais desfavorecidos. Se a necessidade na posição, hierarquicamente superior, só surge quando a básica estiver salvaguarda, a segurança vem a seguir. Esse esforço que as forças de segurança e ordem pública vêm fazendo, atropela princípios.

Relativamente à Pobreza, tenho a partilhar que a partir da revisão da literatura, o conceito de pobreza ainda não é consensual ao contrário do conceito de desenvolvimento. Logo, o conceito de pobreza tem várias dimensões, desde a dimensão monetária, exclusão social, acesso a direitos e a capacidade de satisfação das necessidades básicas como diz Amartya Sen. Logo, estou de acordo que o tratamento da inversão

da pobreza deve obedecer à realidade específica das localidades! É aí onde as nossas políticas públicas falham! Não há consulta aos cidadãos sobre que prioridades!

Ficar confinado, em obediência as regras do "Estado de Emergência", chega até ser mais um bônus que o contexto como tal, oferece à aqueles que têm excedentes, Grandes Casas, Motoristas, Logística Alimentar, Capacidade de Assistência às Famílias à distância, Assistência Médica e Medicamentosa, Segurança, Comunicação, etc, mas nunca ideal para aqueles que sobrevivem consoante ao que os dias desafiantes lhes oferecer.

Falo dos que se encontram em extrema pobreza ou no seu limiar. Dizer que "a Polícia não sai as ruas para distribuir rebuçados", é fácil para aqueles que se julgam capacitados em julgar, esquecendo-se de que, a causa de todas estas insuficiências no funcionalismo do Estado, cada um destes gestores foram, são e serão cúmplices, caso não se atenham ao primado de uma governança próxima da responsabilidade.

	<p>Partindo da ideia que uma minoria detém o poder comercial e não só, enquanto que a maioria deve trocar seus esforços físicos ou mentais para um salário mínimo para sobreviver.</p> <p>Amartya Sen e Mahbub ul Haq, defendem que o desenvolvimento não deve apenas estar focalizados nos aspectos económicos, mas no desenvolvimento humano, só assim estaremos combatendo a desigualdade social.</p>
<p>Dra. Noelma Veigas de Abreu</p>	<p>A internet é muito cara e deficiente. É preciso criarem-se bases para o uso desses recursos. O nosso governo não valoriza o ensino à distância.</p> <p>Será que temos em Angola uma estratégia de formação e desenvolvimento do capital humano em função das demandas de desenvolvimento do país?</p> <p>Falando do ensino, este não será o momento do governo e as universidades ou o ensino de um modo geral, comecem a pensar no ensino a distância?</p> <p>Corroboro da ideia segundo a qual o mais importante são as relações dentro das organizações. No mundo de hoje, o sucesso das grandes organizações está no processo das relações entre os técnicos. Por isso é que o coaching, o team building, o capacity building e outras estratégias são frequentemente utilizados nas grandes empresas.</p> <p>É difícil manter as pessoas em confinamento durante muito tempo...o desespero começa a vir ao de cima e às tantas o medo de morrer desaparece por completo. Se as pessoas, ainda por cima têm dificuldade de subsistência, a "coisa" piora. Mas, nos grandes aglomerados urbanos, o confinamento é essencial para "matar" o vírus</p>

"in loco", impedindo o seu alastramento. Essencial lavar as mãos e nunca levar as mãos à cara (olhos/nariz/boca).

Este confinamento não será uma forma do reset, de podemos reiniciar os relacionamentos e as ambições económicas de uma forma racional e sustentável pondo em prática tudo que já sabemos!

Dos três ou quatro lives todos eles muito interessantes. Há muitos aspectos que deviam incluir a lista dos assuntos da Reforma do Estado! Desde a reestruturação orgânica dos departamentos ministeriais, eliminação de “gorduras”, formatação e planificado da sua alocação por demanda (é muito triste ver todos os anos juristas e economistas a saírem das universidades e não terem colocação, para não falar dos outros cursos que não são tidos em conta na hora das decisões sobre o desenvolvimento de Angola!). Temos em Angola uma política ou estratégia de formação e alocação de quadros em função da demanda de desenvolvimento? Não! Infelizmente.

A falta de ética é devido a falta de preparação da parte de alguns profissionais. Querem alcançar o sucesso com o estalar do dedo.

Reduzir o excesso de informações tóxicas e não partilhar assuntos pelos quais não tenho certeza...

Yuval Harari, diz isso mesmo, que independentemente das crenças hoje estamos todos à espera e confiando na ciência.

Dr. Sílvio Costa

Observar possíveis negócios locais, sem custos de importação! Vendo esse em médio prazo, sem custos altos de tecnologias!

Uma ênfase muito grande aos jovens... Acho que ser empreendedor pode surgir em qualquer estágio da vida.

Se quisermos potenciar a produção nacional, devemos desburocratizar o sistema no seu verdadeiro sentido.

Angola é um mercado de negócio fértil, só precisamos explorar a mente e a imaginação, e deixar de lado o sonho de trabalhar nos ministérios! O uso do livre arbítrio de forma intensiva vai nos levar pra um bom porto!

Penso que não basta ter um espírito empreendedor, precisamos capacitar por jovens a gerir os seus negócios e inovar.

Nós gostamos de imediatismo e empreendedorismo é de certa forma, disparar no escuro.

O rigor e a disciplina é um factor que faz com que o negócio deles da certo!

Riqueza é Atitude... Enquanto não se assumem os riscos, não se pode sair do lugar.

Os jovens vivem desmotivados a empreender, e quando têm motivação optam sempre por ir ao mercado informal, isso porque dentro do nosso ambiente de negócios para quem começa um negócio da base, é mais fácil obter lucros no mercado informal do que no formal; como podemos solucionar isso? Porque quanto menos pessoas no mercado formal, menor serão as receitas tributárias e os impostos naturalmente irão aumentar, e a vontade de ir para o mercado formal diminuirá ainda mais, causando um efeito dominó.

Nos nossos dias o nível de cientificidade é muito baixo e

	<p>desprezado, quer-se muito o imediatismo e a micha, por isso muitas vezes não nos confiamos</p> <p>É necessário ter coragem para empreender, não importa o tipo de negócio. Qualquer obstáculo pode ser encarado como empecilho para não agir!</p>
<p>Doutor Flávio Inocêncio</p>	<p>O mundo está numa encruzilhada entre a abundância de fontes de energia de combustão e a obrigação de mudar o paradigma para energias renováveis. É mais uma questão de política do que de economia!</p> <p>Optamos por tomar decisões não informadas, por força do divórcio entre a gestão pública com a ciência e objectividade.</p> <p>Assim como se fala de Covid-19, seria interessante promover esses debates para o bem público. Há cidadãos em Angola que desconhecem que somos produtores de petróleo e outros recursos. A única lição que provavelmente pode avivar a mente é a de que " Angola é Rica".</p> <p>Há uma associação nova dos trabalhadores do sector petrolífero com foco na angolanização do sector.</p> <p>A transparência nas indústrias extractivas ainda faz sentido? Sobretudo quando se tratar da gestão das receitas provenientes da venda do petróleo, que passam a ser públicas? Como são feitos os contratos? Pagamentos, transparência das despesas públicas, e até as regras dessas despesas públicas?!</p> <p>Basicamente, o petróleo continua a ser um cálice envenenado para alguns países produtores, principalmente os africanos, onde o petróleo e seus preços altos e baixos, não representam prosperidade para os seus cidadãos. Se a partir do momento</p>

	<p>em que a receita proveniente do petróleo passasse a ser uma receita pública e sujeita ao escrutínio público quanto à sua transparência, com a participação dos cidadãos, talvez, conseguiríamos inverter o círculo vicioso! Parabéns pela iniciativa.</p> <p>Temos bons projectos, a problemática está na implementação e o enquadramento de pessoas menos aptas.</p>
<p>Dra. Kátia Gabriel</p>	<p>Enquanto criarmos barreiras, em vez de pro-actividade, estaremos a perder oportunidades de dar passos por nós próprios, mais baratos e mais seguros.</p> <p>Quando não há mais nada...tudo parecer ter alguma eficácia...o método científico implica uma amostra considerável de tratamentos para se poderem tirar conclusões</p> <p>Sobre o ensino da engenharia do nosso país, há um aspecto que temos de mudar: deixar de formar engenheiros que só se preocupam em "bater casos".</p> <p>E nós com tanta pressão e ansiedade em ver uma cura urgente, sem noção destes procedimentos. Obrigada pela explicação Profa. Katia.</p> <p>Antes a pressão social e ansiedade, será que não existe uma competição entre os países em ver a possibilidade de quem poderá lucrar com a vacina?</p> <p>Nenhum fármaco, neste momento, revelou ser realmente eficaz...muito menos o conselho do Trump de fazer uma ingestão de detergente.</p> <p>Mais ciência não se faz na contramão... Assim de repente! Pra nós fica só a lição da importância de laboratório.</p>

<p>Doutor Isaac Paxe</p>	<p>Preparar as pessoas para a vida útil deve ser realmente o desafio da escola. Profunda reflexão Prof. Isaac Paxe, parabéns.</p> <p>Então há que trabalharem com a Inspeção escolar, em relação a cobrança exagerada do plano de aulas, parece a única ferramenta de avaliação do professor.</p> <p>O nosso sistema educativo exige muito dos professores mas a recompensa (material e outras)</p> <p>Dentro destas problemáticas em volta das escolas, qual é a situação dos alunos com necessidades especiais? Em geral.</p> <p>Fez-me lembrar as aulas que tivemos no Isced com o Prof. Isaac Paxe. Uma frase dele que nunca esqueço é a seguinte : "Educação é mudança de comportamento"</p> <p>Apreciei o ex dos japoneses vs americano na véspera também fiz a mesma apreciação parabéns e espero poder ter contacto convosco ou continuar a segui-los</p> <p>Nesta abordagem teríamos de repensar na forma como é ensinada a Didáctica nas Instituições?</p>
<p>Dr. Belisário dos Santos</p>	<p>O Local como ponto de arranque para o desenvolvimento, agasalhada em tecnologias da economia solidária e do comércio solidário.</p> <p>O grande problema da governação em Angola sempre foi o DÉFICE DE PENSAMENTO ESTRATÉGICO. Mesmo quando que por um milagre se consegue architectar uma estratégia qualquer, surge um outro problema maior: IMPLEMENTAÇÃO.</p> <p>Talvez isso seja uma consequência do facto de nunca ter havido por parte de quem governa uma abertura política no sentido de se sentar com todas as vozes relevantes e se discutir/pensar/repensar o país</p> <p>O primeiro critério para a boa governação é a vontade de seguir</p>

por esta via!

Infra-estruturas debilitadas, grande entrave para o desenvolvimento

Há iniciativas positivas que podemos copiar. Por exemplo a nível de Portugal, existe a “rede das autarquias portuguesas” que tem um programa que designam de “Autarquias aprendentes”. Eu acho que nós poderíamos partir por aí logo a “priori” ou seja sabendo que não temos experiência prática de autarcização, devemos pôr de parte todas vaidades que nos são características e de forma humilde indo aprendendo a cada etapa de transferência de competências entre Autarquias.

A evolução dos modelos sempre foi uma decorrência da necessidade de melhor atender as expectativas dos cidadãos, daí que tenham decorrido, em muitos casos, de processos revolucionários que provocaram grandes mudanças na estrutura de poder e, por fim, seguidos de programas de reajustamento estrutural e por aí. É como aponta a história, como bem diz o

Belisário.

O impacto de todas estas teorias na realidade de AO é zero, e isso se deve ao déficit democrático no processo de formulação das políticas públicas. Ou seja, não existe entre nós uma paridade decente entre, por uma lado, a sociedade civil, o governo e outros actores. Por cá, um único actor define a agenda, a sua formulação, execução e, pior, sem monitoramento. Portanto, há cá, problemas muito sérios que devem ser analisados e enfrentados se quisermos perceber a causa da ineficácia das

políticas públicas em Angola. A falta de Prestação de contas, seja vertical, seja horizontal é algo a ter em conta. A inexistência de actores relevantes, capazes de barganhar com o governo é

outro mal a enfrentar.

Parece-me que a abordagem mais exaustiva das autarquias locais não depende só da sociedade civil. Pelo que nós observamos e podemos concluir é que falta da parte governo, de quem é de direito, definir estratégias para maior participação na fundamentação dessa grande temática.

Um grande problema: teoricamente os PDN são fantásticos, já a prática...

Claro, até hoje não tem havido uma aposta séria nos serviços de hotelaria e turismo, mesmo havendo fortes recursos naturais que permitam o fomento do turismo nos municípios.

A interferência dos interesses políticos fere e travam o desenvolvimento socioeconómico. Por mais que use os melhores modelos de crescimento económico em Angola, enquanto os interesses políticos não estiveram alinhados com a realidade o país vai continuar como está

**Do
m
Bel
miro
Chis
sen
guet
i**

É na família onde se aprende todos os valores que servem de pilares que levam para porto seguro a nossa sociedade.

O povo sofre e cai quando não há liderança e administração sábias. Em contrapartida, há segurança na opinião de muitos bons conselheiros.

É preciso esclarecer que em Angola não existe torneira nenhuma que jorra água potável. Não vamos confundir água canalizada com água potável

Boa solução: O corrupto deve ser banido do exercício da função pública. Mas isto passa pelo um pacto social inclusivo.

Como seria Angola com uma liderança política que tivesse 1/4 da visão de Dom Belmiro?!

Universitários ou licenciados sem sentido crítico. Está foi boa, mas é pura verdade.

Não existe previsão. Aqui é, para frente é o caminho e o futuro será como Deus quer

Não sendo um homem de fé, ainda assim tenho fé, no sentido do optimismo, de que é sempre possível abrir portas à lucidez, à sensibilidade social, ao conhecimento, à capacidade de ser criticamente construtivo, ao sentido de humor...como tão bem o demonstra o Dom Belmiro. Obrigado!

Não haverá desenvolvimento se não haver educação e não haverá educação enquanto o professor achar que o que faz é garimpo

Infelizmente o nosso País tem muitas raposas que colocaram para cuidarem das galinhas e o resultado é de milhares de pobres e mortes do povo.

É necessário que existe vontade de mudar, e colocar essa vontade em prática para melhor as condições básicas da população, precisamos gente séria e comprometida no poder...

“Órgãos do estado são os refúgios e garantia de impunidade daqueles que deviam responder judicialmente”.

“combate ao nepotismo”. Infelizmente, há pessoas que até defendem publicamente nos órgãos de difusão massiva, que devemos legalizar o nepotismo.

“Combate à impunidade”. É utopia pensarmos que podemos mudar o país, sem que haja o combate à impunidade.

**Dra. Kátia
Gabriel e Dra
Bebiana
Pinheiro**

Os psicólogos, sociólogos, filósofos, religiosos, antropólogos, médicos, engenheiros, todos são chamados (sempre deveriam ter sido), para sabermos qual é o melhor caminho. Um caminho bom para todos!

É necessário abrir uma discussão ampla com o contributo de cientistas, técnicos e especialistas em sociologia sobre como nos devemos posicionar para os novos tempos.

Devemos aproveitar o confinamento para conhecermos mais a nossa família, criar laços, do mesmo modo projectar o futuro: Visão, missão e propósito bem definido.

Já estou a mais de 2 meses confinada, embora tenha formatado a mente a isso, ultimamente tenho tido bloqueio e vivido o tédio do confinamento

A verdade é que este confinamento está a mostrar-nos que chega um ponto da vida em que a nossa zona de conforto passa a ser o local de trabalho, sem desprimor à família.

Para quem tem filhos, marido e animais domésticos não faltam actividades em casa.

A família ficou mais próxima da escola, dos filhos e eu aprendi a cozinhar kk. E pude neste momento ser esposa, mãe ,professora, dona de casa, olhar para mim e me distanciar um pouco da net.

Liberdade de estar mais perto da família .

Eu estou cansada desse confinamento! Porém não tive dificuldades nenhuma. Mudou sim alguma coisa na rotina, continuo professora, dando aulas aos meus filhos, fazendo exercícios físicos logo pela manhã e o resto é resto muita leitura, séries e filmes!!! Acabamos por valorizar mais a titia da creche, a empregada doméstica e explorar outras plataformas digitais!

Acredito que em Angola há um conjunto de factores socioeconómicos que influenciam directamente o comportamento das pessoas. Um dos maiores factores económicos é o facto de maior parte da população angolana viver do informalismo. Por outro lado existe uma crença da parte dos mais velhos e alguns jovens pouco instruídos que acreditam ser imunes ao vírus ou que se forem contagiados um conjunto de ervas e tratamentos tradicionais poderiam se livrar do vírus.

Infelizmente, dado o contexto, penso ser difícil criar condições de imposições que obriguem as famílias a ficar em casa. O que deve se fazer é aumentar a questão da moralização das pessoas no sentido de se cuidarem e aumentar-se as medidas de uso obrigatório de máscaras, lavagem das mãos e distanciamento mínimo aceitável.

E fica pior para aqueles que sofrem com a ansiedade.

E ainda sobre essa fase em que se está a viver é muito aplicável a frase proferida por Leon C. Megginson: "Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta às mudanças."

Temos de fazer um esforço gigante de sermos melhores que ontem, o confinamento só veio mostrar que podemos sim replanificar a agenda e inverter as prioridades ou seja a família ainda é o pilar que há muito estava esquecido e posto em último plano.

Aprendi que existe tempo para tudo. Acima de tudo, a companhia da família não tem igual.

Em momento como esse, a liberdade individual e a responsabilidade de coexistirmos democraticamente se tornam ainda mais fortes.

Exactamente é o momento certo para reflexão, onde, qualquer projecto que não for realizado será por falta de disciplina e não tempo!

É preciso, que o professor tenha em atenção os 4 pilares do conhecimento. E haja incentivo para para tal.

À parte ter um emprego, contribuímos com estudos que possam melhorar a situação.

Vivemos na Certeza de que tudo vai voltar ao normal como foi, apesar de que ao mesmo não seremos as mesmas pessoas.

Os pesquisadores das ciências humanas, dizem que em momentos de crise, revolução e de pandemias, o comportamento humano revela os histéricos (Que pensam q tudo vai acabar), os negacionistas (acham que nada os vai atingir...negam-se a aceitar a situação) e os optimistas (onde os empreendedores podem descobrir oportunidades)...portanto, essas desobediências às regras, são independentes das latitudes...vamos tentar ser o mais optimistas possíveis e observadores capazes de identificar as ditas oportunidades...enquanto uns choram, outros aproveitam a fabricar

A5 – Estatísticas de visualização/participação nas Webinars

QUADRO RESUMO	
1) N° visualizações em directo por entrevista	2 831
2) N° de acessos posteriores por entrevista	9 917
Total de Visualizações (1+2)	12 748
3) N° de Comentários por entrevista	1 563
4) N° de Partilhas por entrevista	449
5) N° de Gostos por entrevista	1 977
6) Tempo de Entrevista em Minutos	1 048

AUTORES

Além Panzo Manuel. Licenciado em Sociologia. Docente do Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC). Investigador na área das ciências sociais, com interesse nas áreas da Sociologia da Família, Sociologia da Saúde e Sociologia das Organizações. É membro do CEJES e da COESO. asopanzo@gmail.com; alem.manuel@isptec.co.ao

Carlos M. Lopes. Doutorado em Estudos Africanos Interdisciplinares. Docente do Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC). Investigador na área das Ciências Sociais, com foco em temas como a economia informal, as migrações, a pobreza, as economias urbanas, as relações de género e a descentralização. Pesquisador do CEJES e do CESA-ISEG-ULisboa. carloSele@yahoo.com ; carlos.lopes@isptec.co.ao

Josué C. U. Chilundulo. Economista. Mestre em Ciências Jurídico-Económicas e Desenvolvimento Local. Docente do Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC). Pesquisador associado ao CEJES, com investigações na área das Ciências Económicas e Sociais, com foco em temas como análise e avaliação de política públicas, multidimensionalidade da pobreza, orçamento do estado sensível ao género e governação económica. jchilundulo@gmail.com; josué.chilundulo@isptec.co.ao – Blog: <https://assapulosdeeconomia.blogspot.com/> - Canal YouTube: https://www.youtube.com/channel/UCdQ5HRVwusd-eyuK3qID4ig?view_as=subscriber

José O. Van Dúnem. Doutorado em Sociologia. Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Director do Centro de Estudos Jurídicos, Económicos e Sociais da UAN (CEJES). Professor Convidado da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (Brasil). otdunem@gmail.com